

Aula 02

*TJ-SP (Escrevente Judiciário) Direito
Penal - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
Renan Araujo

11 de Junho de 2024



CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Estes crimes **possuem a administração pública como sujeito passivo primário**, sempre, podendo haver, ainda, casos em que, eventualmente, algum particular também seja sujeito passivo do crime (sujeito passivo secundário).

Nos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, porém, exige-se que o sujeito ativo seja funcionário público, praticando a conduta criminosa no exercício da função ou em razão dela. Diz-se, portanto, que são crimes próprios, embora seja admitido o concurso de pessoas, respondendo o particular pelo delito, desde que conheça a qualidade de funcionário público do agente.

Aqui, no capítulo referente aos crimes praticados por particular contra a administração em geral, os **crimes são em regra comuns**, ou seja, **podem ser praticados por qualquer pessoa**.

○ Usurpação de função pública

Este crime está previsto no art. 328 do CP:

Art. 328 - Usurpar o exercício de função pública:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Aqui, diferentemente do que ocorre no crime de exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado (art. 324 do CP), **o agente não possui qualquer vínculo com a administração pública ou, caso possua, suas funções são absolutamente estranhas à função usurpada**.¹

ESCLARECENDO!



CUIDADO! O funcionário público que exerce função na qual não fora investido comete este crime, pois nesse caso é considerado particular, já que a conduta não guarda qualquer relação com sua função pública.

¹ BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. Cit., p. 193



É necessário que o agente pratique atos inerentes à função, já que a conduta tipificada é a de “usurpar o exercício de função pública”, ou seja, “apossar-se”, “tomar pela força”, “avocar” o EXERCÍCIO de função pública. **Não basta que apenas se apresente a terceiros como funcionário público.**²

EXEMPLO: José, se fazendo passar por servidor do INSS, ingressa na repartição pública e começa a atender os cidadãos, como se funcionário fosse.

Importante destacar que a conduta de simplesmente se apresentar falsamente como funcionário público, sem que haja a prática de qualquer ato relativo à função pública, configura contravenção penal, nos termos do art. 45 da Lei das Contravenções Penais:

Art. 45. Fingir-se funcionário público:

Pena – prisão simples, de um a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a três contos de réis.

Trata-se de **crime comum**, pois não se exige qualquer qualidade especial do sujeito ativo, ou seja, qualquer pessoa pode praticar o delito.

O elemento subjetivo do delito, evidentemente, é o dolo, não havendo previsão de punição na modalidade culposa.

Trata-se de **crime formal**, consumando-se quando o agente pratica qualquer ato inerente à função, independentemente da obtenção de qualquer vantagem ou da causação de eventual prejuízo à administração pública ou a terceiros.

A tentativa é plenamente possível, uma vez que se pode fracionar o *iter criminis* do delito (crime plurissubsistente), ou seja, é possível que o agente inicie a execução, mas não consiga consumir o delito por circunstâncias alheias à sua vontade.

O § único estabelece, ainda, uma **forma qualificada do delito**:

Art. 328 (...) Parágrafo único - Se do fato o agente auferir vantagem:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

A Doutrina entende que **esta “vantagem” pode ser de qualquer natureza, não necessariamente uma vantagem financeira**, podendo ser, inclusive, um favor sexual, etc.³

² BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. Cit., p. 194

³ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 767



○ Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

A conduta punida é a resistência **ativa (ação)**, ou seja, aquela na qual o agente se opõe à execução do ato legal com emprego de **violência ou ameaça** ao funcionário que irá executar o ato legal ou a quem o esteja auxiliando.

O ato em relação ao qual o particular se opõe (com violência ou ameaça) **deve ser legal**, ou seja, deve estar fundamentado na Lei ou em decisão judicial. Assim, a decisão judicial injusta pode ser ato legal. Não pode o particular se rebelar contra ela desta maneira, pois o meio próprio para isso é a via recursal. Entretanto, se a prisão, por exemplo, decorre de uma sentença que não a determinou, ou a determinou em face de outra pessoa, o ato de prisão é ilegal, e a resistência está amparada por uma causa de exclusão da ilicitude (ou da tipicidade, para alguns).⁴

EXEMPLO: José, primário, foi denunciado pelo crime de furto simples, tendo sido decretada sua prisão preventiva. José entende que a prisão preventiva é incabível, pois é primário e o crime não tem pena máxima superior a 04 anos, de forma que não seria cabível sua prisão preventiva. Quando do cumprimento do mandado de prisão preventiva, José agride os policiais, resistindo à execução do ato. HÁ CRIME de resistência, pois o ato (cumprimento do mandado) é legal, ainda que se possa questionar a correteza da decisão judicial.

EXEMPLO 2: José se encontra em sua residência e recebe a visita de uma equipe de policiais, juntamente com um Oficial de Justiça, com vistas ao cumprimento de um mandado de busca domiciliar. Como já são 23h, José informa que não irá permitir a realização da diligência de busca domiciliar naquele horário, mas os agentes públicos forçam a entrada. José, então, resiste, opondo-se à execução do ato com violência. Não há crime de resistência, eis que o ato (cumprimento do mandado naquelas circunstâncias) não é legal.

⁴ É irrelevante se o ato é ou não manifestamente ilegal. Basta que seja ilegal para que esteja legitimada a resistência. BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. Cit., p. 202/203



Trata-se de **crime comum**, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

O elemento subjetivo, evidentemente, é o **dolo**, não havendo o crime na forma culposa.

O crime deve ser praticado mediante **violência** ou **ameaça**.

Entende-se que a violência deve ser empregada contra pessoa, não configurando o delito a mera violência contra coisa (chutar a viatura da polícia, por exemplo).⁵

A ameaça, por sua vez, é qualquer promessa de mal injusto ao servidor ou contra quem o esteja auxiliando. Diferentemente do que ocorre em outras passagens do Código Penal, percebe-se que aqui não se exige “grave ameaça”, mas apenas “ameaça”. Assim, basta que a ameaça possua algum nível intimidatório, ainda que não se possa considerar como “grave”.

⇒ **E se a oposição à execução do ato legal se dá mediante mera conduta passiva, sem emprego de violência ou ameaça?** Nesse caso, não haverá crime de resistência, podendo configurar, a depender das circunstâncias, o crime de desobediência.

EXEMPLO: José recebe em seu estabelecimento comercial a visita de fiscais da Prefeitura. Ao ser informado de que há várias irregularidades e, portanto, o estabelecimento será interditado, José se revolta e, para impedir a realização do ato, se joga no chão de forma a impedir a passagem dos fiscais. **Não há crime de resistência.**

Trata-se de **crime formal**, consumando-se com a oposição mediante violência ou ameaça, independentemente de o particular conseguir impedir a realização do ato.

A tentativa sempre será possível quando a resistência puder se dar mediante fracionamento da conduta. No caso de o meio empregado ser a violência, é perfeitamente possível a tentativa (ex.: o particular tenta agredir o servidor, mas não consegue). Já no caso de resistência mediante ameaça, a tentativa é mais difícil de se caracterizar, mas pode ocorrer, por exemplo, no caso da resistência mediante ameaça via carta ou outro meio semelhante (envio de e-mail, mensagem via aplicativo de celular, etc.).

⁵ BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. Cit., p. 200





- ⇒ Aquele que resiste à prisão em razão de estar sendo preso em flagrante por crime que exige a violência ou grave ameaça para sua caracterização, **não responde por este crime**, considerando-se a violência aqui empregada como mero desdobramento do crime principal (posição Doutrinária).⁶
- ⇒ **E se o agente resistir à prisão em flagrante executada por um particular (atitude permitida pelo art. 301 do CPP)?** Nesse caso, o agente **não pratica o crime em questão**, pois o particular (que está realizando a prisão, amparado pelo art. 301 do CPP) não é considerado funcionário público⁷, não podendo ser realizada analogia in *malam partem*.

1. Resistência qualificada e cúmulo material obrigatório

Estabelece o §1º do art. 329 que se o ato, em razão da resistência, acaba por não ser realizado, há a figura qualificada do delito:

Art. 329 (...) § 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

Perceba que a pena mínima e a pena máxima são alteradas nesse caso, e a pena máxima irá ultrapassar dois anos, de forma que não se trata de infração de menor potencial ofensivo (não será da competência do JECrim).

EXEMPLO: José, para evitar a interdição de seu estabelecimento comercial, saca uma arma e ameaça os fiscais. Os agentes públicos, com medo, saem do local e o ato não se realiza. Temos, aqui, resistência qualificada.

⁶ BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. Cit., p. 200

⁷ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 769



Além disso, o §2º do art. 329 estabelece que **caso o crime seja praticado mediante violência** o agente irá responder não só pelo crime de resistência, mas **também responderá pela violência empregada**:

Art. 329 (...) § 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Ou seja: em se tratando de resistência praticada mediante ameaça, esta fica absorvida pelo crime de resistência (o agente responde só pelo crime de resistência); todavia, se o crime de resistência for praticado mediante violência, o agente responderá pelo crime de resistência e pela violência.

EXEMPLO: José se opõe à execução de um ato legal, agredindo o funcionário responsável com um soco. O funcionário sofre lesões corporais graves. Neste caso, José responderá pelos crimes de resistência (art. 329 do CP) e lesão corporal grave (art. 129, §2º).

Essa previsão de aplicação cumulativa das penas relativas à resistência e à violência empregada configura o que se chama de **cúmulo material obrigatório**.

○ Desobediência

O delito de resistência está tipificado no art. 330 do CP:

Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

Aqui o agente deixa de fazer algo que lhe fora determinado ou faz algo cuja abstenção lhe fora imposta mediante ordem LEGAL de funcionário público competente. Trata-se, portanto, de crime omissivo ou comissivo, a depender da conduta do agente.

A conduta, portanto, é a de **desobedecer a ORDEM LEGAL de funcionário público**. Logo, se a ordem é ilegal, a ausência de obediência não irá configurar o crime em questão.

Trata-se de **crime comum**, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

A conduta **pode ser comissiva (ação)**, quando o agente pratica uma conduta ativa, fazendo aquilo que não deveria fazer, em descumprimento à ordem legal do servidor, **ou omissiva (omissão)**, quando o servidor recebe ordem legal para fazer algo e não o faz.

O elemento subjetivo do tipo é o **dolo**, ou seja, a vontade livre e consciente de desobedecer a ordem legal dada pelo funcionário público. Não há o crime na forma culposa.

Trata-se de **crime formal**, consumando-se com a não obediência à ordem, independentemente de qualquer resultado naturalístico.

A **tentativa** só será admitida nas hipóteses de desobediência mediante atitude comissiva (ação). Na modalidade omissiva não há possibilidade de tentativa, eis que todo crime omissivo puro é um crime unissubsistente, ou seja, não se admite o fracionamento do iter criminis, de forma que ou o agente se omite e o crime já está consumado ou o agente não se omite e não haverá crime algum.



⇒ Esse crime não se configura quando o réu desobedece a ordem para a prática de ato que possa incriminá-lo, pois não está obrigado a contribuir para sua incriminação, em razão do princípio da vedação à autoincriminação.⁸ Assim, por exemplo, se alguém recebe ordem para realizar o teste do bafômetro e se recusa, entendendo que não está obrigado a produzir prova contra si, não cometerá o crime desobediência. Isso não irá impedir eventual prisão pelo crime de direção influenciada de álcool (art. 306 do CTB⁹), caso o agente público identifique que a pessoa se encontra embriagada.

⇒ Diversas Leis Especiais preveem tipos penais que criminalizam condutas específicas de desobediência. Nesses casos, aplica-se a legislação especial, aplicando-se este artigo do CP apenas quando não houver lei específica tipificando a conduta.

⁸ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 774

⁹ Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012)

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.



⇒ O não atendimento à ordem de parada dada por agentes públicos no trânsito (Ex.: “Blitz”) configura o crime de desobediência? Depende:

1ª Situação – Não atendimento à ordem de parada dada pela autoridade de trânsito ou por seus agentes (ou mesmo por policiais ou outros agentes públicos **no exercício de atividades relacionadas ao trânsito**) – Nesse caso **NÃO há crime de desobediência**, pois há previsão de punição administrativa especificamente prevista no art. 195 do CTB¹⁰.

2ª Situação - Não atendimento à ordem legal de parada, emanada por agentes públicos em **contexto de policiamento ostensivo**, para a prevenção e repressão de crimes – Há crime de desobediência (art. 330 do CP).

Vejamos os julgados do STJ a respeito do tema:

Desobediência à ordem no contexto de policiamento ostensivo:

"A desobediência à ordem legal de parada, emanada por agentes públicos em contexto de policiamento ostensivo, para a prevenção e repressão de crimes, constitui conduta penalmente típica, prevista no art. 330 do Código Penal Brasileiro".

Tema repetitivo 1060 - (REsp n. 1.859.933/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Terceira Seção, julgado em 9/3/2022, DJe de 1/4/2022.)

¹⁰ Art. 195. Desobedecer às ordens emanadas da autoridade competente de trânsito ou de seus agentes:

Infração - grave;

Penalidade - multa.



Desobediência à ordem no mero contexto de trânsito:

"(...) a desobediência de ordem de parada dada pela autoridade de trânsito ou por seus agentes, ou mesmo por policiais ou outros agentes públicos no exercício de atividades relacionadas ao trânsito, não constitui crime de desobediência, pois há previsão de sanção administrativa específica no art. 195 do Código de Trânsito Brasileiro, o qual não estabelece a possibilidade de cumulação de sanção penal" (HC 369.082/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 01/08/2017).

(...) (AgRg no REsp n. 1.872.022/MS, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 16/6/2020, DJe de 23/6/2020.)

- ⇒ O **descumprimento de medida protetiva de urgência** fixada no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher não configura crime de desobediência, e sim um **crime específico, previsto no art. 24-A da Lei 11.340/06**:

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

- ⇒ A conduta de exercer alguma função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de da qual tenha sido o agente suspenso ou privado por decisão judicial não configura crime de desobediência, apesar de se tratar de descumprimento de uma decisão judicial. Tal conduta irá configurar o crime de **"desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito", previsto no art. 359 do CP**, que é um crime contra a administração da Justiça.

Art. 359 - Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

○ Desacato

Nos termos do art. 331 do CP:



Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Trata-se de **crime comum**, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

É inegável que haverá o crime quando o desacato partir de um particular. **Mas e se quem cometer o desacato for funcionário público? Três correntes** existem:

- ⇒ **Não é possível** – A lei determina que somente o *extraneus* (particular) pode cometer este delito, pois ele se encontra no capítulo dos crimes praticados por particular.
- ⇒ **É possível, desde que o funcionário desacate seu superior hierárquico** – Para esta corrente, se entre os funcionários não há relação hierárquica, não há o crime em questão.
- ⇒ **É possível, em qualquer caso**¹¹ – Essa é a **predominante**¹², e entende que o funcionário público que desacata outro funcionário público estará praticando o crime do art. 331 do CP. Assim, de superior ou inferior hierarquia, o agente poderá responder pelo crime de desacato.¹³

O conceito de “desacatar” pode ser definido como a falta de respeito, a humilhação, seja com palavras, gestos (ex.: mostrar o dedo do meio), vias de fato (ex.: empurrar), até mesmo agressões físicas, etc. Trata-se de crime de forma livre.

Entretanto, isto **não significa que a mera crítica ao exercício da função pelo servidor seja considerada desacato**, desde que seja realizada de maneira condizente com os padrões de respeito e urbanidade.

Não se exige que o funcionário esteja na repartição ou no horário de trabalho, mas sim que o desacato ocorra em razão da função exercida pelo servidor.¹⁴

EXEMPLO: Se o particular desacata um Delegado de Polícia no domingo à tarde, quando este estava na praia, em razão de ter sido preso por ele meses antes, pratica o crime de desacato. No entanto, se um particular ofende o mesmo Delegado, dentro da Delegacia, no horário do expediente, **mas em razão de uma rixa particular (venda de um carro defeituoso, por exemplo),**

¹¹ (HC 104.921/SP, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe 26/10/2009)

¹² CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 777

¹³ COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal. Parte especial. Vol. 7. 6ª edição. Editora Forense – Rio de Janeiro, 2011, p. 223

¹⁴ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 778



não há desacato, pois a ofensa se dirige ao homem, à pessoa, e não à figura do funcionário público, podendo ser o agente responsabilizado pelo crime de injúria.

Parte da Doutrina entende que o agente deve ter a intenção de ofender a administração pública e a honra subjetiva do funcionário, e que esta intenção não se coaduna com estado de exaltação ou ânimo. No entanto, **para a maioria da Doutrina e da Jurisprudência, o fato de o agente estar exaltado ou irritado não descaracteriza o crime.**

Considera-se o **crime formal**, pois basta a prática da conduta para a consumação do delito, independentemente de qualquer outro resultado (ex.: ainda que o funcionário público não se sinta ofendido ou menosprezado pela conduta, o crime estará caracterizado).

Quanto à tentativa, há divergência. Parte entende incabível pois, exigindo-se que o funcionário público esteja presente no momento do desacato, é inviável a tentativa, por se tratar de crime unissubsistente (praticado mediante um único ato). Outra parcela entende cabível a tentativa, embora de difícil caracterização¹⁵.

Por fim, **exige-se que o ato seja praticado na presença do funcionário público**¹⁶. Além disso, entende-se que **se o ofendido já não é mais funcionário público (demitido, aposentado, etc.), o crime de desacato não se caracteriza**, ainda que praticado em razão da função anteriormente exercida pelo funcionário.¹⁷

O STJ chegou a proferir decisão¹⁸ **reconhecendo a descriminalização do crime de desacato**. Isso mesmo. Sustentou o STJ, nessa decisão, que a criminalização da conduta de desacato atentaria contra o art. 13 do Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos), ao colocar os funcionários públicos em posição superior à dos demais cidadãos no que toca à crítica à sua atuação funcional.

Todavia, tal entendimento não durou muito tempo. A Terceira Seção do STJ, posteriormente, uniformizou entendimento no sentido de que **o desacato continua sendo crime no nosso ordenamento jurídico**.

(...) 1. A Terceira Seção deste Superior Tribunal, no julgamento do Habeas Corpus n. 379.269/MS, uniformizou o entendimento de que o art. 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos não excluiu do ordenamento jurídico a figura típica do crime de desacato e, consequentemente, o ato infracional análogo.

¹⁵ Exemplo de possibilidade da ocorrência da tentativa se dá quando o agente é impedido por alguém de atirar objetos sobre o funcionário público (com a intenção de ofender). CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 779

¹⁶ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 778

¹⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. Cit., p. 216

¹⁸ STJ - REsp nº 1640084



(...) (AgRg no HC 359.880/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 06/10/2017)



- ⇒ É possível a incidência do princípio da consunção entre os crimes de desacato e resistência, a depender das circunstâncias do caso concreto (ex.: agente, ao mesmo tempo em que agride policiais para resistir à prisão, ofende os policiais com xingamentos). Todavia, se as ofensas não são proferidas diretamente no mesmo contexto da resistência, não há absorção do desacato pela resistência, devendo o agente responder pelos dois delitos (ex.: agente resiste à prisão e, depois de já devidamente preso e algemado, estando dentro da viatura, começa a ofender os policiais, já fora do contexto da resistência):

“(...) Admite-se a incidência do princípio da consunção se o agente, em um mesmo contexto fático, além de resistir ativamente à execução de ato legal, venha a proferir ofensas verbais contra policial na tentativa de evitar a sua prisão. No caso, porém, infere-se que o réu, após abordagem policial, desceu do seu veículo proferindo impropérios contra o funcionário público. Na sequência, após ter se recusado a apresentar o documento do automóvel, o ora paciente ofereceu propina para ser liberado. Diante disso, o policial deu-lhe voz de prisão, contra a qual o réu ofereceu resistência, tendo sido necessário o uso de algemas para o cumprimento do decreto prisional.

Nesse passo, descabe falar em absorção do delito de desacato pelo de resistência, pois não resta demonstrada a unidade de desígnios, bem como que o réu tão somente buscou se esquivar da prisão.

(...) (HC n. 380.029/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 22/5/2018, DJe de 30/5/2018.)

- ⇒ O desacato a mais de um funcionário público no mesmo contexto fático configura crime único ou concurso formal de crimes? Há decisões em ambos os sentidos, mas prevalece na Doutrina o entendimento de que haveria crime único, pois o sujeito passivo primário do delito é o Estado. Vejamos duas decisões do STJ, uma em cada direção:

“(...) O bem jurídico protegido pela conduta tipificada no art. 331 do Código Penal, de acordo com a doutrina, é o prestígio ou o respeito à função pública, de interesse do Estado, a fim de preservar a regular atividade da Administração Pública, de modo que eventual ofensa, com a prática do referido delito, não se dirige diretamente ao indivíduo, mas primordialmente à Administração Pública.



2. Se o crime for praticado, em um mesmo contexto fático, contra vários funcionários públicos, não haverá concurso formal; vale dizer, quando uma pessoa ofende vários funcionários públicos, em um mesmo contexto fático, cometerá apenas um crime de desacato, porquanto o bem jurídico terá sido atingido uma única vez.

3. Na espécie, a descrição feita pela denúncia denota que a recorrente, **dentro do mesmo contexto fático, desacatou os agentes de trânsito que atuavam na ocasião, razão pela qual responde por um único delito.**

4. Agravo regimental provido.

(AgRg no RHC n. 136.918/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, relator para acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 23/3/2021, DJe de 14/4/2021.)

Em sentido diverso:

“(...) O sujeito passivo do crime de desacato é o próprio Estado e, de forma secundária, os funcionários públicos que sofreram as ofensas. In casu, a recorrente teria agredido verbalmente quatro agentes públicos, no exercício de suas atividades, o que denota a prática de quatro infrações penais distintas, por serem quatro as ofensas ao bem jurídico tutelado pela norma legal, não sendo possível o reconhecimento de crime único.

(...) (RHC n. 89.197/SC, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 19/10/2017, DJe de 25/10/2017.)

○ Tráfico de influência

Vejamos a redação do art. 332 do CP:

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Esta é a conduta do “malandro”, que **pretende obter vantagem em face de um particular, sob o pretexto de que poderá influenciar na prática de determinado ato por um servidor público.** É uma espécie de



“estelionato”, pois o agente promete usar uma influência que não possui ou, ainda que possua, não pretende exercê-la.

A expressão “pretexto”, inclusive, pode ser definida como “motivo que se declara para encobrir a verdadeira razão de alguma coisa”.

EXEMPLO: José, sabendo que Maria possui diversas multas de trânsito, solicita a ela R\$ 2.000,00 a pretexto de influenciar Pedro, funcionário público do Detran, alegando que conhece o funcionário e irá convencê-lo a “apagar” as multas do sistema. José, porém, não pretende influenciar Pedro. A intenção de José é apenas enganar Maria para obter a vantagem indevida. Perceba que nesse crime há três sujeitos envolvidos: o infrator (José), a vítima (Maria) e o terceiro inocente (o funcionário público Pedro).

A Doutrina entende que o particular que paga ao agente para a suposta intermediação **não é sujeito ativo do delito**, mas sujeito **passivo**, ou seja, vítima¹⁹ do delito, pois, embora sua conduta seja imoral, não é penalmente relevante, tendo sido ele também lesado pela conduta do agente, que o enganou. Apesar da “torpeza bilateral” (de quem engana, e de quem é enganado), somente aquele que solicita, cobra, exige ou obtém a vantagem é quem comete crime.

Entende-se que aquele que paga pelo suposto tráfico de influência é um *corruptor putativo*, pois imagina que está corrompendo a administração pública, no entanto, essa possibilidade não existe. Na verdade, esse *corruptor putativo*, que acredita estar “comprando” uma influência, nada mais está que sendo enganado pelo infrator, que está a “vender fumaça” (*venditio fumi*), ou seja, vender uma influência que não será exercida.

Trata-se de **crime comum**, podendo ser praticado por qualquer pessoa, não se exigindo do sujeito ativo nenhuma qualidade especial.

O elemento subjetivo é o **dolo**, não havendo o crime na forma culposa. Exige-se o **especial fim de agir (dolo específico)**, consistente na intenção de obter para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem.

O crime se consuma quando o agente **solicita, exige, cobra ou obtém** a vantagem ou promessa de vantagem. Nas modalidades de solicitar, exigir e cobrar a vantagem ou promessa de vantagem, entende-se que o crime é formal, pois se consuma ainda que o agente não consiga obter a vantagem que foi solicitada, exigida ou cobrada. Contudo, na modalidade “obter”, o crime é considerado material, pois o efetivo recebimento da vantagem é necessário para a consumação.²⁰

¹⁹ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 780. Em sentido contrário, BITENCOURT. BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. Cit., p. 227

²⁰ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 781



Como se vê, existem quatro núcleos do tipo (quatro verbos que traduzem formas de praticar o delito). A prática de qualquer uma delas já configura o delito, mas a prática de mais de uma delas, no mesmo contexto fático e contra a mesma vítima, não configura pluralidade de crimes, havendo crime único. Trata-se, assim, de **tipo penal misto alternativo**.

EXEMPLO: José, a pretexto de influir em ato de funcionário público, solicita e cobra de Maria, R\$ 5.000,00. Maria paga os valores e José, portanto, obtém a vantagem. Nesse caso, apesar de José ter solicitado, cobrado e obtido a vantagem, haverá um só crime.

A **tentativa** é possível sempre que a conduta do agente configurar um crime plurissubsistente, ou seja, for possível o fracionamento do *iter criminis* (Ex.: Solicitação da vantagem por carta, e-mail, etc., mas que não chega até o destinatário). Quando a conduta configurar um crime unissubsistente, não será possível a tentativa (Ex.: Solicitação da vantagem verbalmente perante a vítima. Nesse caso, o ato de solicitar verbalmente já configura o delito em sua forma consumada).

Por fim, **se o agente diz que parte da vantagem se destina também ao funcionário público** que supostamente seria alvo da influência, haverá aumento de pena de metade, nos termos do § único do artigo 332 do CP:

Art. 332 (...) Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

A majorante se justifica em razão do fato de que, nesse caso, a conduta contribui ainda mais para o descrédito da moralidade administrativa, de forma que se trata de conduta com maior gravidade.

⇒ **Mas, professor, e se influência do agente for real, ou seja, o agente de fato pretende influenciar o servidor a infringir seu dever funcional?** Caso o agente (que solicitou, exigiu, cobrou ou obteve de alguém a vantagem) de fato venha a tentar corromper o servidor, não haverá crime de tráfico de influência. Nesse caso, tanto aquele que se dirige ao servidor para corrompê-lo quanto aquele que paga pelos “serviços espúrios” responderão pelo crime de corrupção ativa em concurso de agentes (art. 333 do CP).

EXEMPLO: José solicita a Maria R\$ 10.000,00 a fim de corromper o servidor Pedro, de forma que este pratique determinado ato funcional em desconformidade com a lei. Maria paga o que foi solicitado e José, efetivamente, tenta corromper o servidor, oferecendo a ele vantagem indevida para infringir seu dever funcional. Nesse caso, tanto José quanto Maria responderão pelo crime de corrupção ativa.



Por fim, não se deve confundir este delito (tráfico de influência) com o delito de exploração de prestígio, previsto no art. 357 do CP. Vejamos:

Exploração de prestígio

Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Como se vê, são crimes extremamente semelhantes. Todavia, se diferenciam pelo fato de que, enquanto no tráfico de influência o suposto destinatário da influência é um “funcionário público” (genericamente considerado), **na exploração de prestígio o suposto destinatário da influência deve ser, necessariamente, algum daqueles indicados no art. 357** (juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha), já que se trata de crime contra a administração da Justiça.

○ Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Este crime pode ser cometido de duas formas diferentes (é, portanto, crime de ação múltipla ou conteúdo variado): **oferecer ou prometer** vantagem indevida a funcionário público para fins de determiná-lo a infringir seu dever funcional. A prática de qualquer das condutas já configura o delito, e a prática de ambas, no mesmo contexto e contra a mesma vítima, configura um só crime. Logo, trata-se de **tipo penal misto alternativo**.

Trata-se de **crime comum**, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

Sujeito passivo, como em qualquer crime contra a administração pública, é o Estado, primariamente. Secundariamente, será sujeito passivo o servidor vítima da corrupção ativa.

A oferta ou promessa de vantagem indevida a mais de um servidor, no mesmo contexto fático, configura concurso formal de crimes ou crime único? Prevalece que se trata de crime único:

(...) Não caracteriza concurso formal de crimes o fato de **o agente, no mesmo contexto fático, oferecer vantagem indevida a mais de um funcionário público para que eles se omitam no cumprimento do dever funcional**, situação em que deve ser reconhecida a ocorrência de crime único de corrupção ativa. (...) (AgRg no Ag no REsp n. 1.705.197/RJ, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, julgado em 1/6/2021, DJe de 7/6/2021.)

O elemento subjetivo é o **dolo**, exigindo-se que o agente possua a finalidade especial de agir (dolo específico) consistente na intenção de fazer com que, mediante a vantagem oferecida ou prometida, o funcionário público pratique, retarde ou omita a prática de ato funcional.

O crime é doutrinariamente considerado como um crime formal, consumando-se no momento em que o agente pratica a conduta de oferecer ou prometer a vantagem indevida ao servidor (com o fim de determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício). Não é necessário que o servidor aceite a vantagem ou promessa. Ainda que isso não ocorra, o crime estará consumado.

A **tentativa** é possível sempre que se verificar possibilidade de fracionamento do *iter criminis*.

EXEMPLO: José, com vistas a corromper determinado servidor, envia a ele um e-mail com uma oferta de R\$ 100.000,00, a fim de que o servidor faça vista grossa em determinada atividade de fiscalização. O servidor, porém, não recebe o e-mail, por questões técnicas. Nesse caso, teremos corrupção ativa tentada, já que a oferta não chegou ao conhecimento do servidor, ainda que tenha o infrator iniciado a execução do delito.

O parágrafo único do art. 333 estabelece, ainda, que se em razão da vantagem oferecida ou prometida o funcionário público age da maneira que não deveria, **a pena é aumentada em um terço**:

Art. 333 (...) Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Vale ressaltar que nesse caso, ou seja, quando o servidor aceita a oferta ou promessa de vantagem indevida, o servidor responderá por corrupção passiva (art. 317 do CP).

Existe, ainda, a figura da corrupção ativa em transação comercial, à qual se aplicam as mesmas regras, inclusive no que tange à causa de aumento de pena. Está prevista no art. 337-B do CP, e seu § único:

Art. 337-B. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional: (Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002)



Pena - reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002)

Parágrafo único. A pena é aumentada de 1/3 (um terço), se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário público estrangeiro retarda ou omite o ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional. (Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002)

Por fim, existe uma última modalidade de corrupção ativa especial prevista no CP, que é a corrupção ativa de testemunha, perito, tradutor, contador ou intérprete, que é um crime contra a administração da Justiça, previsto no art. 343 do CP:

Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

Pena - reclusão, de três a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

Nesse caso, existem algumas diferenças em relação ao crime de corrupção ativa comum. Uma delas é o fato de que a causa de aumento da pena ocorre não quando o funcionário público age da maneira que não deveria, mas quando a corrupção ocorre no bojo de processo em que seja parte a administração pública direta ou indireta.

Além disso, na corrupção ativa especial do art. 343 do CP, os verbos são “dar, oferecer ou prometer”, enquanto **na corrupção ativa comum (art. 333 do CP) não há o verbo “dar”**. Por fim, o alvo da corrupção no art. 343 deve ser “testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete”, enquanto na corrupção ativa comum o destinatário da oferta ou promessa de vantagem indevida é “funcionário público”.



- ⇒ **Não se pune a corrupção subsequente.** *O que seria isso?* Vejam que **se exige que a promessa ou oferecimento seja anterior à prática do ato**²¹, não havendo o crime se o ato já fora praticado pelo funcionário público e o particular apenas faz um “agrado” ao servidor, entregando-lhe vantagem indevida como “recompensa”.
- ⇒ **Corrupção ativa e corrupção passiva não são crimes necessariamente bilaterais – A existência da corrupção ativa não depende da corrupção passiva, e vice-versa.** Assim, pode acontecer de o agente oferecer ou prometer a vantagem e funcionário não a aceitar. Neste caso, haverá apenas corrupção ativa. Da mesma forma, pode o servidor solicitar vantagem indevida e o particular não ceder, havendo apenas corrupção passiva.
- ⇒ **E se o particular apenas cede à exigência de vantagem indevida formulada pelo servidor?** Nesse caso o servidor responde pelo crime de concussão e o particular que, cedendo à exigência, paga a vantagem indevida, **não comete crime algum**, eis que a corrupção ativa pressupõe que o particular OFEREÇA ou PROMETA vantagem indevida ao servidor.
- ⇒ A Doutrina entende que o **mero pedido de favor, o famoso “jeitinho”, sem oferta ou promessa de vantagem indevida, não configura o crime de corrupção ativa.**²² Ou seja, se o particular apenas pede ao servidor que pratique determinado ato, ou retarde ou omita a prática de ato funcional, ainda que com infração do dever funcional, não há crime de corrupção ativa, pois não houve oferecimento ou promessa de vantagem.

○ Descaminho

Descaminho (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

²¹ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 783

²² CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 783



Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

O crime de descaminho, como visto, está tipificado no art. 334 do CP. Porém, antes das alterações promovidas pela Lei 13.008/14 o art. 334 englobava dois tipos penais: contrabando e descaminho. Ou seja, até 2014, ambos se encontrava no mesmo tipo penal. Vejamos a redação anterior, hoje revogada:

~~Art. 334 Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria:~~

~~Pena - reclusão, de um a quatro anos.~~

Como se vê, duas eram as condutas tipificadas no art. 334 do CP (redação original, hoje revogada):

- ⇒ Importar ou exportar mercadoria proibida - **Contrabando**
- ⇒ Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria – **Descaminho**

Assim, a **Lei 13.008/14 retirou a conduta de “importar ou exportar mercadoria proibida” do art. 334 do CP, deixando no art. 334 apenas o descaminho** (“iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria”). Porém, isso não significa que tenha havido descriminalização do contrabando. Muito pelo contrário. O contrabando continua sendo crime, só que atualmente se encontra tipificado no art. 334-A do CP, criado pela própria Lei 13.008/14. Houve, portanto, o fenômeno da **continuidade típico-normativa**, que ocorre quando uma conduta “migra” para outro tipo penal, mantendo-se sua criminalização em outro artigo.

Voltemos a falar do descaminho.

A conduta tipificada é a de *“iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria”*.

O que seria “iludir”? Iludir, basicamente, é enganar. Ou seja, tipifica-se a conduta (comissiva ou omissiva) daquele que emprega algum expediente para enganar o Fisco, de forma a frustrar o pagamento do tributo devido pela entrada, saída ou consumo da mercadoria. Assim, temos que o núcleo **“iludir” remete à ideia**

de fraude, ou seja, valer-se de um expediente enganoso, fraudulento, de forma a ludibriar a autoridade fiscal, com vistas ao não pagamento do tributo.²³

EXEMPLO: José, voltando de viagem aos EUA com sua família, traz em sua bagagem diversos bens cuja importação é permitida (ex.: celulares, tablets, relógios, etc.). Porém, o valor total dos produtos supera bastante a cota de isenção, de forma que José deveria declarar os produtos e realizar o pagamento do imposto devido. Todavia, com vistas a não pagar o imposto de importação, José esconde os bens em fundos falsos nas malas, de forma a ludibriar a autoridade alfandegária. Há, aqui, descaminho.

O **elemento subjetivo, portanto, é o dolo**, consistente na vontade livre e consciente de iludir total ou parcialmente o pagamento de imposto ou direito devido pela entrada, saída ou consumo de mercadoria. Não há previsão de modalidade culposa. A Doutrina se orienta no sentido de não ser necessário nenhum especial fim de agir, ou seja, o tipo penal não exige nenhum dolo específico por parte do agente.

Trata-se de **crime comum**, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa. Não se exige do sujeito ativo (aquele que pratica o crime) nenhuma qualidade especial.

Porém, é necessário destacar a situação em que o crime conta com a colaboração do funcionário público que possui o específico dever de evitar a prática do descaminho. Nesse caso, o funcionário público responderá por um tipo penal específico ("facilitação de contrabando ou descaminho", art. 318 do CP), e não pelo crime de descaminho.

EXEMPLO: José volta de viagem ao exterior com sua família, trazendo diversos bens que deveriam ser declarados e, portanto, deveriam ser recolhidos os tributos relativos à importação. Porém, José está previamente ajustado com seu amigo Pedro, funcionário público da Receita Federal do Brasil, lotado no aeroporto de desembarque. Quando José desembarca e passa pela área aduaneira, Pedro facilita a entrada das mercadorias sem o pagamento dos tributos. Nesse

²³ "Iludir traduz idéia de enganar, mascarar a realidade, simular, dissimular, enfim, o agente valer-se de expediente para dar impressão, na espécie, de não praticar conduta tributável. Há, pois, fraude. Esta, por seu turno, no sentido de valer-se de "mis-en-scène", pode acontecer tanto por ação, como por omissão. No primeiro caso, ilustrativamente, procurar evidenciar a mercadoria "a", como "b", no segundo, se a pessoa indagada pelo agente alfandegário se porta objeto tributável, fingindo não compreender, deixar de responder, ou não tomar a iniciativa de evidenciar o fato. Num caso, como noutro, evidente o dolo. Há, configuração, nítido propósito de não efetuar o pagamento.

Exigível, pois, o dolo de iludir."

(STJ - REsp n. 111.501/SE, relator Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, Sexta Turma, julgado em 9/3/1999, DJ de 12/4/1999, p. 200.)



caso, José responderá pelo crime de descaminho (art. 334 do CP), enquanto Pedro responderá pelo crime de facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318 do CP).

Trata-se, nesse caso, de **“exceção pluralista à teoria monista”** do concurso de pessoas. A teoria monista (ou monística ou unitária) é a regra, ou seja, como regra, todos aqueles que participam da conduta criminosa respondem pelo mesmo tipo penal. Todavia, em casos excepcionais, a lei prevê um tipo penal para cada um dos agentes, como ocorre nessa situação. Diz-se, portanto, que nesse caso o CP adotou (excepcionalmente) a teoria pluralista.

Ressalte-se que o STJ já decidiu no sentido de que o Policial Rodoviário Federal, mesmo que não fazendo parte de órgão fazendário, atua diretamente na repressão aos crimes de contrabando ou descaminho, de forma que poderá responder pelo crime previsto no art. 318 do CP, caso facilite, com infração do seu dever funcional, a prática do contrabando ou descaminho:

“(…) Nos termos do entendimento desta Corte, ainda que o policial rodoviário federal não tenha a função precípua de atuar contra o descaminho, atua na repressão de crimes, devendo portanto responder pelo delito do art. 318 do CP, subsistindo o dever funcional de agir, independentemente de estar em serviço, em horário ou em local de trabalho.

(...) (AgRg no REsp n. 1.853.897/PR, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 19/5/2020, DJe de 25/5/2020.)

O descaminho irá se consumir com a liberação na alfândega, sem o pagamento dos impostos devidos, sempre que o crime ocorra em locais sujeitos à fiscalização alfandegária:

“EMENTA PROCESSO PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CAUSA DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO § 3º DO ART. 334 DO CP. INCIDÊNCIA. CRIME CONSUMADO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...) A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que **a consumação de crime, em locais sujeitos à fiscalização da zona alfandegária, somente se dará após a liberação da mercadoria pelas autoridades competentes ou a transposição da aludida zona fiscal.**

6. No presente caso, pela leitura da denúncia, da sentença e do acórdão recorrido, ficou consignado que a mercadoria ingressou no país, transpondo a aduana, concluindo-se pela modalidade consumada do delito. (...)

(AgRg no AREsp n. 2.197.959/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 28/2/2023, DJe de 6/3/2023.)

Importante destacar que o descaminho, apesar de estar incluído no grupo dos “crimes praticados por particular contra a administração em geral”, possui natureza de crime fiscal ou tributário, vez que o que se busca proteger com a criminalização de tal conduta é a regularidade fiscal, ou seja, a saúde financeira do fisco.

Porém, apesar da natureza fiscal do crime em questão, não se trata de crime material, ou seja, não se aplica ao descaminho a súmula vinculante 24²⁴. Ou seja, a constituição definitiva do crédito tributário é desnecessária para a consumação do descaminho. Trata-se, portanto, de **crime formal**. Vejamos alguns julgados do STJ:

"(...) 'o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça firmaram compreensão no sentido de que **a consumação do crime de descaminho independe da constituição definitiva do crédito tributário, haja vista se tratar de crime formal**, diversamente dos crimes tributários listados na Súmula Vinculante n. 24 do Pretório Excelso' (...)"

(AgRg no RHC n. 141.542/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 23/11/2021, DJe de 26/11/2021.)

[...]

"Nos termos do art. 334 do Código Penal, o crime de descaminho se perfaz com o ato de iludir o pagamento de imposto devido pela entrada de mercadoria no país. **Desnecessária, portanto, a apuração administrativo-fiscal do montante que deixou de ser recolhido para a configuração do delito.** (...)"

(REsp n. 1.964.529/CE, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Sexta Turma, julgado em 7/6/2022, DJe de 10/6/2022.)

²⁴ Súmula Vinculante 24 (STF) - Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.



Exatamente por se tratar de crime formal, que se consuma com a perfectibilização do ato de “iludir” a autoridade fazendária, o STJ e o STF passaram a entender que o posterior parcelamento ou pagamento dos tributos iludidos não gera extinção da punibilidade:

“(…) Consoante jurisprudência pacífica desta Corte, **por se tratar de crime formal, é irrelevante o parcelamento e pagamento do tributo, não se aplicando ao descaminho a extinção da punibilidade prevista na Lei Federal n. 10.684/2003.** (…)”

(AgRg no AREsp n. 1.259.739/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 30/5/2019, DJe de 11/6/2019.)

A tentativa é perfeitamente possível. Basta pensar na hipótese em que o agente emprega o expediente fraudulento mas não consegue passar pela barreira alfandegária, sendo descoberta a conduta ardilosa sem que o agente conseguisse ingressar com os produtos sem o pagamento dos impostos devidos.

1. Formas equiparadas

O §1º do art. 334 traz diversas condutas que configuram formas equiparadas de descaminho. Vejamos:

Art. 334 (...) § 1º Incorre na mesma pena quem: (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

I - pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

II - pratica fato assimilado, em lei especial, a descaminho; (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

III - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem; (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

IV - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos. (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Navegação de cabotagem é aquela “realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores”.²⁵ Quando realizada fora das hipóteses legais (norma penal em branco, pois depende da análise de outra norma para sua aplicação), pode dificultar a atividade fiscalizatória, facilitando a ocorrência do descaminho.

Quanto ao inciso II (“prática fato assimilado, em lei especial, a descaminho”), podemos citar como exemplo o Decreto-Lei nº 288/67, que equipara, para fins aduaneiros, o ingresso e saída de mercadorias da Zona Franca de Manaus. A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação. A entrada de mercadorias estrangeiras na ZFM, destinadas ao seu próprio consumo interno, ou para fins de industrialização, bem como a estocagem para fins de exportação, está isenta de impostos de importação. Da mesma forma, a saída de mercadorias da Zona Franca de Manaus (ZFM) para o exterior está isenta de imposto de exportação. Assim, imagine-se um produto que ingressou na Zona Franca de Manaus com isenção de imposto de importação, mas depois saiu para outro ponto do nosso território sem pagar os tributos devidos. Essa conduta é equiparada a descaminho, pois o agente busca iludir o fisco, já que a saída de produtos da ZFM para outro ponto do território nacional está sujeita aos impostos de importação (embora o produto já estivesse no território nacional).

Por fim, temos os incisos III e IV do §1º, que tratam de condutas realizadas no exercício de atividade comercial ou industrial. Apesar de serem dois incisos, vou dividi-los, para fins didáticos, em três situações diferentes:

- ⇒ **Inciso III (primeira parte)** – Quem vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente – Aqui o agente foi o próprio autor da importação clandestina ou fraudulenta. Ou seja, o mesmo agente praticou a conduta do caput do art. 334 do CP e depois, no exercício da atividade comercial ou industrial, vendeu, expôs à venda, manteve em depósito ou utilizou em proveito próprio ou alheio a mercadoria que era produto do descaminho. Naturalmente que o agente não responderá por dois crimes. Pelos princípios da especialidade e consunção, apesar de um mesmo agente ter importado clandestinamente ou fraudulentamente a mercadoria (art. 334) e posteriormente tê-la vendido, exposto à venda, mantido em depósito ou usado no exercício de atividade comercial ou industrial (art. 334, §1º, III), **responderá apenas pela forma equiparada, ou seja, pelo art. 334, §1º, III do CP**.
- ⇒ **Inciso III (segunda parte)** – Quem vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira (...) que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem – Aqui o agente não foi o autor da importação clandestina ou fraudulenta, ou seja, o agente aqui está vendendo, expondo à venda, mantendo em depósito ou usando, no exercício de atividade comercial ou industrial, **mercadoria estrangeira que foi produto de descaminho praticado por outra pessoa**. Podemos perceber que tal conduta configura

²⁵ Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são estabelecidas as seguintes definições:

(...) IX - navegação de cabotagem: a realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores; (Lei 9.432/97).



uma modalidade especial de receptação. Aliás, se não existisse esse art. 334, §1º, III, a conduta do agente deveria ser tipificada como receptação (art. 180 do CP). Todavia, como essa disposição é mais específica, responderá o agente pela forma equiparada de descaminho.

- ⇒ **Inciso IV** - Adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos – Aqui o agente não foi o autor do descaminho, mas adquiriu, recebeu ou ocultou (no exercício de atividade comercial ou industrial) mercadoria de procedência estrangeira, *desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos*. No primeiro caso, o agente pratica a conduta em relação a mercadoria que não possui a documentação legal necessária comprobatória da sua regular importação. No segundo caso, a mercadoria possui documentação comprobatória da importação regular, mas os documentos são falsos e o agente sabe disso (exige-se o dolo direto).

Nos três casos citados acima (relativos aos incisos III e IV do §1º do art. 334 do CP), o crime é próprio, pois se exige do agente a qualidade de comerciante ou industrial (“no exercício de atividade comercial ou industrial”). O próprio CP, no art. 334, §2º, ocupou-se de definir o conceito de atividade comercial para estes fins (norma penal explicativa):

Art. 334 (...) § 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Como se vê, não se exige que a atividade comercial desenvolvida seja regular, de forma que o conceito alcança também o comércio exercido clandestinamente ou de forma irregular (ex.: camelôs). Porém, é importante ressaltar que a Doutrina se posiciona no sentido de que deve haver habitualidade no exercício da atividade comercial ou industrial. Veja, não se trata de “crime habitual”, pois basta a prática de uma única conduta para que o crime se verifique. Porém, o crime *deve ser praticado por alguém que exerça habitualmente atividade comercial ou industrial*.

EXEMPLO: José, dono de uma enoteca (loja de vinhos), adquiriu de um amigo 36 garrafas de vinho, provenientes da Argentina, que haviam sido importadas de forma irregular, sem o pagamento dos tributos devidos. José, mesmo sabendo que tais mercadorias eram produto de descaminho, expôs as referidas garrafas à venda em sua loja. José responderá pelo crime previsto no art. 334, §1º, III, segunda parte, do CP. José, embora tenha praticado uma única conduta de expor à venda tais mercadorias, é considerado comerciante, pois desenvolve a atividade comercial com habitualidade.

EXEMPLO 2: José, médico, adquiriu de um amigo 24 garrafas de vinho, provenientes da Argentina, que sabia serem produto de descaminho, pois haviam sido importadas de forma irregular, sem o pagamento dos tributos devidos. José, porém, após abrir uma das garrafas e se decepcionar com a qualidade do produto, resolveu vender as outras 23 garrafas, de forma a não

ficar no prejuízo. José não responderá pelo crime previsto no art. 334, §1º, III, segunda parte, do CP, pois comercializou as mercadorias mas não desenvolve atividade comercial (ausente a habitualidade). José, porém, por adquirir coisa que sabe ser produto de crime, poderá ser responsabilizado pelo crime de receptação (art. 180 do CP).

Vale ressaltar que, nas modalidades de “expor à venda”, “manter em depósito” (inciso III) e “ocultar” (inciso IV), o crime é permanente, ou seja, enquanto o agente permanecer praticando a conduta, o crime estará sendo praticado, autorizando, inclusive, a prisão em flagrante.

2. Majorante

O §3º do art. 334 do CP estabelece que a pena será aplicada **em dobro** se o crime de descaminho for praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

Vejamos:

Art. 334 (...) § 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial. (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Quanto a esta majorante, a Doutrina majoritária se posiciona no sentido de que a majorante em questão só deveria ser aplicada na hipótese de se tratar de transporte clandestino, pois o escopo da norma seria punir de forma mais severa o agente que se vale de transporte clandestino para dificultar a atividade fiscalizatória do Estado.

Contudo, essa não é a posição que vem prevalecendo no STJ. O STJ consolidou entendimento no sentido de que a referida majorante incide independente de se tratar de voo regular ou clandestino (aplicando-se a mesma lógica ao transporte marítimo ou fluvial).

“(...) A causa de aumento do descaminho tipificada no § 3º do art. 334 do CP incide independente de se tratar de voo regular ou clandestino, pois, nesse dispositivo, apenas consta que “a pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial”. Assim, quando a lei não faz qualquer distinção, não cabe ao intérprete fazê-lo.

(...) (AgRg no REsp n. 1.810.491/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 27/10/2020, REPDJe de 12/11/2020, DJe de 03/11/2020.)

3. Princípio da insignificância

Em relação ao **descaminho**, a Jurisprudência se consolidou no sentido de ser cabível a aplicação do princípio da insignificância, quando o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, ficar abaixo do patamar estipulado pela Fazenda respectiva como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal. Vejamos:

"(...) Assim, a tese fixada passa a ser a seguinte: incide o princípio da insignificância aos **crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias n. 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.

(...)" (REsp n. 1.709.029/MG, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 28/2/2018, DJe de 4/4/2018.)

Como se vê, no âmbito dos tributos federais, o patamar para aplicação do princípio da insignificância se encontra em R\$ 20.000,00, pois este é o valor atualmente estabelecido como o mínimo para que a Fazenda Nacional ajuíze uma execução fiscal com vistas à cobrança de um crédito tributário.

A tese é mais do que razoável: ora, se um valor abaixo desse é considerado insignificante para o fisco, que sequer irá cobrá-lo em Juízo, igualmente deverá ser considerado insignificante para o direito penal.

Mas, e em se tratando de crimes tributários e descaminho relativos a tributos estaduais? Nesse caso, também é perfeitamente aplicável o princípio da insignificância, mas o patamar irá variar conforme estabelecido por cada estado. Vejamos este didático julgado do STJ:

"(...) Consolidou-se, ainda, o entendimento de que **"a aplicação da bagatela aos tributos de competência estadual encontra-se subordinada à existência de norma do ente competente no mesmo sentido da norma federal**, porquanto a liberalidade da União para arquivar, sem baixa na distribuição, as execuções fiscais de débitos com a Fazenda Nacional cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 não se estende, de maneira automática, aos demais entes federados."

(HC 480.916/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/6/2019, DJe 21/06/2019). Portanto, **para fins de ver aplicado o princípio da bagatela, é necessária a existência de lei local no mesmo sentido da lei federal, o que ocorreu no caso.**

3. A Lei Estadual n. 16.381/2017, do Ceará, estabelece em seu art. 2º o limite de 60 salários mínimos para créditos de natureza tributária ou não tributárias, e de 10 salários mínimos para créditos de natureza tributária ou não tributárias inscritos em dívida ativa.

(...)



5. Considerando que o valor está abarcado no limite estabelecido pela legislação estadual do Ceará, imperiosa a constatação de atipicidade da conduta, com a **incidência do princípio da insignificância**. Julgados nesse sentido.

6. Recurso em habeas corpus provido para determinar o trancamento do Inquérito Policial (processo n. 0892114-89.2014.8.06.0001).

(RHC n. 106.210/CE, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe de 13/8/2019.)



Importante ressaltar, ainda, que devem estar presentes os demais requisitos que autorizam o reconhecimento da insignificância penal da conduta, dentre eles o fato de não ser o agente um criminoso “contumaz”. **A reiteração delitiva impede o reconhecimento da insignificância**, conforme entendimento do STJ e do STF. Vejamos:

“1. O princípio da insignificância **não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva**, porquanto tal circunstância denota maior grau de reprovabilidade do comportamento lesivo, sendo desnecessário perquirir o valor dos tributos iludidos pelo acusado.

2. **A existência de outras ações penais, inquéritos policiais em curso ou procedimentos administrativos fiscais, em que pese não configurarem reincidência, denotam a habitualidade delitiva do réu e afastam, por consectário, a incidência do princípio da insignificância.** Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.”

(AgRg no AREsp n. 2.258.294/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 18/4/2023, **DJe de 24/4/2023.**)

Como se vê, a reiteração delitiva, capaz de impedir a aplicação do princípio da insignificância, poderá ser atestada pela existência de outras ações penais, inquéritos policiais em curso ou procedimentos administrativos fiscais. Estes, apesar de não configurarem reincidência propriamente dita, indicam habitualidade delitiva e afastam a incidência do princípio da insignificância.



O mesmo STJ, porém, já decidiu que mesmo em casos nos quais resta comprovada a reiteração delitiva é possível, excepcionalmente, a aplicação do princípio da insignificância, desde que a medida seja socialmente recomendável:

(...) 2. **Excepcionalmente**, porém, verificadas pelas instâncias ordinárias as especificidades do caso em análise, admite-se a aplicação do princípio da insignificância ainda que verificada a reiteração delitiva, tendo a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no recente julgamento dos Embargos de Divergência 1.276.607/RS, acolhido a tese esposada pelo eminente Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Relator, segundo a qual "a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância nos crimes de descaminho, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável." (...) (AgRg no REsp 1602575/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 30/06/2016)

4. Tópicos jurisprudenciais relevantes

Naturalmente que não é possível incluir em nosso livro eletrônico todas as decisões judiciais sobre determinado tema. Contudo, algumas súmulas, teses e decisões judiciais merecem especial destaque. Vejamos:

A. Súmulas

Súmula 151 do STJ - A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens.

B. Outros precedentes e teses relevantes

→ Edição nº 81 da Jurisprudência em teses do STJ

Tese nº 6) É desnecessária a constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa para a configuração dos crimes de contrabando e de descaminho.

Tese nº 8) O pagamento ou o parcelamento dos débitos tributários não extingue a punibilidade do crime de descaminho, tendo em vista a natureza formal do delito.

Tese nº 9) Quando o falso se exaure no descaminho, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido, como crime-fim, condição que não se altera por ser menor a pena a este



cominada. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 TEMA 933) – **EXEMPLO:** O agente, por exemplo, falsifica notas fiscais para importar determinados produtos com valor menor do que aquele efetivamente pago, de forma a recolher imposto menor. Nesse caso, se restar evidenciado que a falsificação empregada serviu e servirá apenas para aquele delito, não havendo mais potencialidade lesiva, deverá o agente responder apenas pelo crime de descaminho, pelo princípio da consunção.

- **Crime de descaminho e princípio da insignificância - tributos federais** - O STJ firmou entendimento no sentido de que é aplicável o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00:

STJ - Tema Repetitivo 157

Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.

(REsp n. 1.709.029/MG, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 28/2/2018, DJe de 4/4/2018.)

- **Crime de descaminho e princípio da insignificância - tributos relativos a outros entes federados** - O STJ firmou entendimento no sentido de que é possível aplicar o parâmetro estabelecido no Tema n. 157/STJ (R\$ 20.000,00), para fins de incidência do princípio da insignificância no patamar estabelecido pela União aos tributos dos demais entes federados, quando existir lei local no mesmo sentido da lei federal:

STJ - Jurisprudência em teses - Edição 219

Tese 6) É possível aplicar o parâmetro estabelecido no Tema n. 157/STJ, para fins de incidência do princípio da insignificância no patamar estabelecido pela União aos tributos dos demais entes federados, quando existir lei local no mesmo sentido da lei federal.

- **Crime de descaminho e princípio da insignificância - Reiteração delitiva** - O STJ firmou entendimento no sentido de que a reiteração delitiva afasta a aplicação do princípio da insignificância no crime de descaminho:

STJ - Jurisprudência em teses - Edição 221

Tese 7) A reiteração delitiva afasta a aplicação do princípio da insignificância no crime de descaminho.

Tal entendimento foi reafirmado quando do julgamento do REsp 2.083.701-SP (**Tema Repetitivo 1218**), oportunidade na qual o STJ ressaltou ainda a inaplicabilidade do chamado “período depurador”²⁶ para fins de análise da reiteração delitiva nesse caso:

STJ - Informativo n. 802 - 05 de março de 2024.

Tema Repetitivo 1218

“A reiteração da conduta delitiva obsta a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho - independentemente do valor do tributo não recolhido -, **ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, se concluir que a medida é socialmente recomendável**. A contumácia pode ser aferida a partir de procedimentos penais e fiscais pendentes de definitividade, sendo inaplicável o prazo previsto no art. 64, I, do CP, incumbindo ao julgador avaliar o lapso temporal transcorrido desde o último evento delituoso à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.”

(REsp 2.083.701-SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, por maioria, **julgado em 28/2/2024**)

→ **Crime de descaminho - Falsidade documental - Possibilidade de absorção** - O STJ firmou entendimento no sentido de que, quando o falso se esgota no descaminho, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido, como crime-fim (à semelhança do que ocorre na relação entre falso e estelionato, súmula 17 do STJ):

Tema Repetitivo 933

Quando o falso se exaure no descaminho, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido, como crime-fim, condição que não se altera por ser menor a pena a este cominada.

²⁶Art. 64 - Para efeito de reincidência: I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)



(REsp n. 1.378.053/PR, relator Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, julgado em 10/8/2016, DJe de 15/8/2016.)

○ Contrabando

Contrabando

Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida: (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

A **Lei 13.008/14** alterou a disposição dos crimes de contrabando e descaminho, previstos no CP.

Nada mudou quanto ao núcleo estrutural de cada um dos tipos penais; **Contrabando** continua sendo, basicamente, a **importação ou exportação de mercadoria proibida**; Descaminho continua sendo a conduta de “tentar não pagar imposto” que incidiria pela entrada, saída ou consumo de mercadoria.

Contudo, embora as bases estruturais de ambos os delitos tenham permanecido inalteradas, algumas modificações interessantes foram realizadas.

A primeira delas, já reclamada pela Doutrina há algum tempo, foi a separação dos crimes em dois tipos penais distintos. Antes, ambos se encontravam no tipo penal do art. 334 do CP. Com a nova redação, o crime de descaminho permanece no art. 334 e o crime de contrabando foi transportado para o recém-criado art. 334-A.

Esta modificação, porém, não gerou *abolitio criminis*, eis que **não houve descriminalização, apenas continuidade típico-normativa** (um delito passa a ser tipificado em outro tipo penal).

Contudo, apesar da continuidade típico-normativa, **a pena do delito de contrabando foi aumentada** de 01 a 04 anos de reclusão **para 02 a 05 anos de reclusão**.

Essa alteração na quantidade de pena cominada produz consequências negativas para o réu (e, portanto, sabemos que não irá retroagir, pois a lei penal não retroage, salvo quando benéfica ao réu). Vejamos:

- ⇒ **Não cabe mais suspensão condicional do processo** (a pena mínima ultrapassa um ano)
- ⇒ Passa a admitir **prisão preventiva, já que a pena máxima ultrapassa 04 anos** (antes só cabia em hipóteses excepcionais)
- ⇒ O **prazo prescricional passa de 08 para 12 anos** (art. 109, III do CP)



A conduta tipificada é a de importar ou exportar mercadoria proibida. Veja: no caso do **contrabando**, a **mercadoria é ilícita, ou seja, a sua importação ou exportação, por si só, é vedada**. No caso do descaminho, a importação ou exportação são lícitos. O que se pune, no descaminho, é a burla ao sistema tributário.

Porém, é necessário destacar o **caráter residual do contrabando**. Logo, se a importação ou exportação de determinada mercadoria específica configurar algum outro tipo penal mais específico, este será aplicado em detrimento do contrabando.

EXEMPLO: A importação ou exportação de substância ilícita entorpecente configura hipótese específica de “contrabando”, prevista no art. 33 c/c art. 40, I da Lei 11.343/06 (Tráfico internacional de Drogas). Logo, tal conduta será tipificada como tráfico internacional de entorpecentes, por ser um tipo penal mais específico, e não como contrabando (art. 334-A do CP).

Trata-se de **crime comum**, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa. Não se exige do sujeito ativo (aquele que pratica o crime) nenhuma qualidade especial.

Porém, é necessário destacar a situação em que o crime conta com a colaboração do funcionário público que possui o específico dever de evitar a prática do contrabando. Nesse caso, o funcionário público responderá por um tipo penal específico (“facilitação de contrabando ou descaminho”, art. 318 do CP), e não pelo crime de contrabando.

EXEMPLO: José voltava de viagem aos EUA e desembarcou no aeroporto do Galeão, trazendo consigo várias unidades de determinada mercadoria proibida. Previamente mancomunado com Pedro, funcionário da Receita Federal responsável pelo controle alfandegário, José passou pela área aduaneira sem ser incomodado, pois Pedro “fez vista grossa” e liberou a passagem de José.

Nesse caso, José responderá pelo crime de contrabando (art. 334-A do CP), enquanto Pedro responderá pelo crime de facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318 do CP).

Trata-se, nesse caso, de **“exceção pluralista à teoria monista”** do concurso de pessoas. A teoria monista (ou monística ou unitária) é a regra, ou seja, como regra, todos aqueles que participam da conduta criminosa respondem pelo mesmo tipo penal. Todavia, em casos excepcionais, a lei prevê um tipo penal para cada um dos agentes, como ocorre nessa situação. Diz-se, portanto, que nesse caso o CP adotou (excepcionalmente) a teoria pluralista.

O elemento subjetivo, evidentemente, é o **dolo**, não se exigindo do agente nenhuma finalidade específica. Não há previsão de modalidade culposa para o delito.

O **contrabando se consuma** no momento em que a mercadoria ilícita ultrapassa a barreira alfandegária, sendo liberada pelas autoridades (para entrada ou saída do território nacional). Se o crime é praticado por via clandestina, exige-se, somente, que o agente ultrapasse a fronteira do país, entrando ou saindo do território nacional. A propósito, segue um elucidativo julgado do STJ:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **CONTRABANDO (ART. 334-A DO CP)**. MOMENTO CONSUMATIVO. FISCALIZAÇÃO PELA ZONA ALFANDEGÁRIA. TENTATIVA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao decidir a controvérsia, consignou que, tendo sido o acusado flagrado no Terminal Aduaneiro da BR-290, proximidades da Ponte Internacional, em Uruguaiana/RS, zona primária de fiscalização, deve ser reconhecida a modalidade tentada do delito (art. 14, inciso II, do Código Penal), uma vez que a consumação restou frustrada em razão da atuação dos agentes da fiscalização aduaneira.

2. Tal entendimento encontra-se no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça de que **a consumação de crime, em locais sujeitos à fiscalização da zona alfandegária, somente se dará após a liberação da mercadoria pelas autoridades competentes ou a transposição da aludida zona fiscal**. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 1.910.887/RS, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 19/10/2021, DJe de 25/10/2021.)

Vem prevalecendo o entendimento de que o **contrabando é crime formal**, bastando a mera importação ou exportação de mercadoria proibida para que haja a consumação, independentemente de qualquer outro resultado naturalístico.

A tentativa é perfeitamente possível no crime de contrabando (ex.: agente tenta ingressar no território nacional com mercadorias ilícitas, é impedido pela fiscalização alfandegária).

1. Formas equiparadas

O §1º do art. 334-A traz diversas condutas que configuram formas equiparadas de contrabando. Vejamos:

Art. 334-A (...) § 1o Incorre na mesma pena quem: (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

I - pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando; (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)



II - importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente; (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

III - reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação; (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

IV - vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira; (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

V - adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira. (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

O **inciso I** trata da conduta daquele que “pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando”. Podemos citar como exemplo o Decreto-Lei nº 288/67, que equipara a contrabando a saída de mercadorias da Zona Franca de Manaus sem a autorização legal expedida pelas autoridades competentes. O próprio art. 39 do referido diploma legislativo assim dispõe:

Art. 39. Será considerado contrabando a saída de mercadorias da Zona Franca sem a autorização legal expedida pelas autoridades competentes.

O **inciso II** trata daquele que “importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente”. Ou seja, nesse caso a mercadoria não é ilícita, ou seja, sua importação ou exportação é permitida, mas depende de uma autorização especial que o agente não possui (Ex.: Importação de animais vivos, que depende de autorização dos órgãos governamentais competentes).

No **inciso III** pune-se a conduta daquele que “reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação”. Ou seja, a mercadoria foi produzida no Brasil mas era destinada exclusivamente à importação. Tendo saído a mercadoria do país, o agente a reinsere no território nacional.

No **inciso IV e no inciso V** temos modalidades em que se exige do agente a qualidade de comerciante ou industriário (“no exercício de atividade comercial ou industrial”), sendo, portanto, **crime próprio**. Vejamos:

⇒ Quem **vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial**, mercadoria proibida pela lei brasileira – Aqui não se exige que o agente saiba que se trate de mercadoria que é produto de contrabando, bastando que saiba (ou devesse saber) que se trata de mercadoria proibida. Admitem-se, portanto, o dolo direto e o dolo eventual. Caso o mesmo agente importe a mercadoria proibida e

depois pratique qualquer destas condutas (ex.: venda), responderá apenas pela forma equiparada (art. 334-A, §1º), pelo princípio da consunção.

⇒ Quem **adquire, recebe ou oculta**, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira – Aplicam-se as mesmas disposições relativas ao inciso anterior.

Frise-se que nas modalidades de “expor à venda”, “manter em depósito” (inciso IV) e “ocultar” (inciso V) o crime é permanente, ou seja, enquanto o agente permanecer praticando a conduta, o crime estará sendo praticado, autorizando, inclusive, a prisão em flagrante.

Ressalte-se que não se exige que a atividade comercial desenvolvida seja regular, de forma que o conceito (de atividade comercial) alcança também o comércio exercido clandestinamente ou de forma irregular (ex.: camelôs). Vejamos:

Art. 334-A (...) § 2º - Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. (Incluído pela Lei nº 4.729, de 14.7.1965)

Porém, é importante ressaltar que a Doutrina se posiciona no sentido de que deve haver habitualidade no exercício da atividade comercial ou industrial. Veja, não se trata de “crime habitual”, pois basta a prática de uma única conduta para que o crime se verifique. Porém, o crime *deve ser praticado por alguém que exerça habitualmente atividade comercial ou industrial*.

EXEMPLO: José, dono de uma loja de artigos religiosos, adquiriu de um amigo várias partes de animais (ex.: unhas, patas, penas, etc.) que haviam sido importados sem autorização legal (produto de contrabando, portanto). José, mesmo sabendo que tais mercadorias eram produto de contrabando, expôs à venda os produtos em sua loja. José responderá pelo crime previsto no art. 334-A, §1º, IV do CP. José, embora tenha praticado uma única conduta de expor à venda tais mercadorias, é considerado comerciante por desenvolver a atividade comercial com habitualidade.

EXEMPLO 2: José adquiriu de Pedro, seu amigo, 50 unidades de “cigarros eletrônicos”, cuja importação é proibida. Mesmo sabendo que os itens eram produto de contrabando, José os adquiriu para consumo próprio. Porém, por não gostar do “sabor” dos cigarros, José os vendeu para outra pessoa, de forma a não ficar no prejuízo.

José não responderá pelo crime previsto no art. 334-A, §1º, IV do CP, pois comercializou as mercadorias, mas não desenvolve atividade comercial (ausente a habitualidade). José, porém, por adquirir coisa que sabe ser produto de crime, poderá ser responsabilizado pelo crime de receptação (art. 180 do CP).

2. Majorante

O §3º do art. 334-A do CP estabelece que a pena será aplicada **em dobro** se o crime de contrabando for praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.

Vejamos:

Art. 334 (...) § 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial. (Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

A Doutrina majoritária se posiciona no sentido de que a majorante em questão só deveria ser aplicada na hipótese de se tratar de transporte clandestino, pois o escopo da norma seria punir de forma mais severa o agente que se vale de transporte clandestino para dificultar a atividade fiscalizatória do Estado.

Contudo, essa não é a posição que vem prevalecendo no STJ. O STJ consolidou entendimento no sentido de que a referida majorante incide independente de se tratar de voo regular ou clandestino (aplicando-se a mesma lógica ao transporte marítimo ou fluvial):

1. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que o art. 334, § 3º, do Código Penal prevê a aplicação da pena em dobro, se "o crime de contrabando ou descaminho é praticado em transporte aéreo". Ainda, nos termos da jurisprudência desta Corte, **se a lei não faz restrições quanto à espécie de voo que enseja a aplicação da majorante, não cabe ao intérprete restringir a aplicação do dispositivo legal, sendo irrelevante que o transporte seja clandestino ou regular** (HC n. 390.899/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 28/11/2017).

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.850.255/SP, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 26/5/2020, DJe de 4/6/2020.)

3. Tópicos jurisprudenciais relevantes

Naturalmente que não é possível incluir em nosso livro eletrônico todas as decisões judiciais sobre determinado tema. Contudo, algumas súmulas, teses e decisões judiciais merecem especial destaque. Vejamos:



A. Súmulas

Súmula 151 do STJ

A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens.

B. Outros precedentes e teses relevantes

- **Crime de contrabando e princípio da insignificância - pequena quantidade de medicamento para uso do próprio agente** - O STJ firmou entendimento no sentido de que, apesar de ser inaplicável, em regra, o princípio da insignificância ao crime de contrabando, excepcionalmente é possível sua aplicação, no caso de contrabando de pequena quantidade de medicamento para uso do próprio agente:

STJ - Jurisprudência em teses - Edição 221

Tese 10) É possível, excepcionalmente, aplicar o princípio da insignificância aos casos de importação não autorizada de pequena quantidade de medicamento para consumo próprio.

- **Crime de contrabando e princípio da insignificância - pequena quantidade de cigarros contrabandeados** - O STJ firmou entendimento no sentido de que o princípio da insignificância é aplicável ao crime de contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços:

Tema Repetitivo 1143. Processo(s): REsp 1971993/SP e REsp 1977652/SP.

Tese firmada: O princípio da insignificância é **aplicável ao crime de contrabando de cigarros** quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços, seja pela diminuta reprovabilidade da conduta, seja pela necessidade de se dar efetividade à repressão ao contrabando de vulto, excetuada a hipótese de reiteração da conduta, circunstância apta a indicar maior reprovabilidade e periculosidade social da ação.

Data de publicação do acórdão: 19/09/2023.

OBS.: Modulação de efeitos: A referida tese, porém, deve ser aplicada apenas aos processos ainda em curso na data em que encerrado o julgamento que definiu a tese, sendo inaplicável aos processos transitados em julgado (AgRg no HC n. 821.959/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 14/8/2023, DJe de 21/8/2023).



→ **Crime de contrabando e princípio da insignificância - importação não autorizada de arma de pressão** - O STJ firmou entendimento no sentido de que o princípio da insignificância **NÃO é aplicável** à importação não autorizada de arma de pressão:

STJ - Jurisprudência em teses - Edição 221

Tese 12) Não é possível aplicar o princípio da insignificância à importação não autorizada de arma de pressão, pois configura delito de contrabando, que tutela, além do interesse econômico, a segurança e a incolumidade pública.

→ **Edição nº 81 da Jurisprudência em teses do STJ**

O STJ consolidou, na edição 81 da sua “Jurisprudência em Teses”, algumas teses importantes sobre contrabando. Vejamos:

Tese nº 2) Configura crime de contrabando (art. 334-A, CP) a **importação não autorizada de arma de pressão por ação de gás comprimido ou por ação de mola**, independentemente do calibre.

Tese nº 3) A importação não autorizada de cigarros ou de gasolina constitui crime de contrabando, insuscetível de aplicação do princípio da insignificância. (parcialmente superada, no que tange ao contrabando de pequena quantidade de cigarros)

Tese nº 4) A importação clandestina de **medicamentos** configura crime de contrabando, aplicando-se, excepcionalmente, o **princípio da insignificância aos casos de importação não autorizada de pequena quantidade para uso próprio**.

Tese nº 5) Para a caracterização do delito de contrabando de máquinas programadas para exploração de jogos de azar, é necessária a demonstração de fortes indícios (e/ou provas) da origem estrangeira das máquinas ou dos seus componentes eletrônicos e a entrada, ilegalmente, desses equipamentos no país.

Tese nº 6) É desnecessária a constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa para a configuração dos crimes de contrabando e de descaminho.



○ Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência

Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Aqui temos duas condutas distintas:

- ⇒ **Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública**, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal;
- ⇒ **Afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante**, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.

A Doutrina entende que este artigo foi parcialmente revogado pela Lei 8.666/93, que estabeleceu diversos crimes em processos licitatórios. Na verdade, os crimes previstos na Lei 8.666/93 foram posteriormente revogados pela Lei 14.133/21. A referida Lei incluiu no CP o capítulo referente aos “crimes em licitações e contratos administrativos”. Um desses crimes é o previsto no art. 337-K. Vejamos:

Afastamento de licitante (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-K. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Assim, a conduta prevista na segunda parte do art. 335 do CP (“afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem”) foi objeto de revogação tácita parcial, apenas no que tange à figura do “licitante”, permanecendo em vigor em relação à conduta referente à *venda em Hasta Pública*, pois não se insere no bojo de procedimento licitatório.²⁷

Já a conduta prevista na primeira parte do art. 335 do CP (“Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal”) também foi objeto de revogação tácita parcial, só que pelo art. 337-I do CP (também incluído pela Lei 14.133/2021):

Perturbação de processo licitatório (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Todavia, a conduta permanece em vigor em relação à conduta referente à *venda em Hasta Pública*, pois não se insere no bojo de procedimento licitatório.

Porém, há quem sustente que o art. 335 do CP foi objeto de revogação tácita INTEGRAL, por entenderem que a venda em hasta pública (praça, para venda de bens imóveis, ou leilão, para venda de bens móveis) está abarcada pela Lei de Licitações.

Resumidamente: as condutas descritas no art. 335 do CP, quando relativas a procedimento licitatório, irão configurar os crimes do art. 337-I ou 337-K, a depender de cada caso, e não o art. 335 do CP.

Voltemos à análise das disposições referentes ao tipo penal do art. 335 do CP, ainda que tenha sido objeto de revogação tácita (total ou parcial, a depender da corrente doutrinária que se utilize), pois não raras vezes este dispositivo é objeto de cobrança (mesmo estando tacitamente revogado).

As condutas podem ser:

- ⇒ Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal;
- ⇒ Afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.

²⁷ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 798



Na primeira conduta, exige-se apenas o **dolo**. Na segunda, exige-se, ainda, a **finalidade especial de agir, consistente na intenção específica de afastar o concorrente do certame** por meio do emprego de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.

Na primeira conduta é necessário que o agente efetivamente perturbe, impeça ou fraude o procedimento, independentemente de obter qualquer benefício com isso ou mesmo que não consiga causar qualquer dano efetivo.

Na segunda conduta, temos um crime indiscutivelmente formal, pois se exige apenas que o agente empregue os meios narrados (violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem) para afastar o concorrente, não se exigindo que consiga, efetivamente, afastá-lo.

Quanto à **tentativa**, é perfeitamente possível na primeira modalidade (ex.: agente tenta perturbar o procedimento, mas não consegue). Quanto à segunda conduta, a Doutrina majoritária se inclina pela impossibilidade de tentativa, já que o tipo penal descreve “afastar ou procurar afastar...”, o que indicaria que o simples ato de tentar afastar o concorrente já consumaria o delito, o que é verdade. Basta que o agente empregue violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem com vistas ao afastamento do concorrente para que o crime venha a se consumar, ainda que não consiga efetivamente afastar o concorrente.

No entanto, o § único do art. 335 do CP estabelece que se o outro concorrente se abster de participar da venda em razão da **vantagem oferecida**, incidirá nas mesmas penas:

Art. 335 (...) Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.

EXEMPLO: José comparece à sede de determinado órgão público, na qual será realizada a venda de determinado imóvel em hasta pública. Ao lá chegar, percebe que Pedro também está interessado no imóvel, e será seu concorrente. José, então, oferece R\$ 2.000,00 a Pedro para que ele desista de concorrer (de forma que José arremate o bem pelo valor mínimo). Pedro aceita a vantagem e efetivamente desiste de concorrer. José responderá pelo crime do art. 335, caput, enquanto Pedro responderá pela forma equiparada (art. 335, parágrafo único).

Frise-se, porém, que se o terceiro se abstém não em razão de eventual vantagem, mas em razão da violência empregada pelo agente, ou ainda, em razão de grave ameaça ou fraude, não incide nas penas relativas a este crime.

A propósito, caso o delito seja praticado mediante violência, o agente incidirá nas penas do crime do art. 335 do CP e também nas penas relativas à violência empregada (ex.: lesão corporal grave).

Por fim, mas não menos importante, se estamos falando de uma **arrematação judicial** (ex.: leilão para a venda de um imóvel penhorado em processo de execução trabalhista), a conduta irá configurar o crime do art. 358 do CP (crime contra a administração da Justiça):

Violência ou fraude em arrematação judicial

Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

○ Inutilização de edital ou de sinal

Art. 336 - Rasgar ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Temos aqui duas condutas diversas. Vejamos:

- ⇒ **Rasgar** ou, de qualquer forma, **inutilizar** ou **conspurcar** edital afixado por ordem de funcionário público.
- ⇒ **Violar** ou **inutilizar** selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto.

A primeira consiste em inutilizar (tornar inválido à finalidade destinada), conspurcar (sujar, de modo a impedir a leitura) ou rasgar de edital afixado por funcionário público. Pode ser edital judicial, administrativo, etc.

EXEMPLO: José, servidor público, afixou na sede do órgão público um edital referente a um processo seletivo para contratação de estagiários. Pedro, revoltado com o que entende serem gastos públicos desnecessários, rasga o referido edital.

Há entendimento doutrinário no sentido de que se o agente pratica a conduta após o prazo de utilidade do edital, não há este crime²⁸. Assim, se um edital foi publicado pelo prazo de 30 dias, mas expirado o prazo, lá permaneceu por seis meses, e um particular o inutilizou, não cometeu este crime, pois o referido edital já não teria mais valor jurídico.

A segunda conduta consiste em violação ou inutilização de selo ou sinal empregado por funcionário público para identificar ou cerrar (fechar) qualquer objeto.

EXEMPLO: José, fiscal do município, identificou diversas irregularidades em determinado estabelecimento, de forma que autuou o dono do local e interditou o estabelecimento, aplicando diversos lacres adesivos nas portas e janelas do local. Pedro, dono do estabelecimento, revoltado, violou os lacres e os inutilizou.

A Doutrina entende que não comete este crime o particular que inutiliza o selo ou sinal empregado de maneira ilegal por funcionário público.

O elemento subjetivo é o dolo, não se exigindo nenhuma finalidade especial de agir em qualquer das condutas.

Trata-se de **crime comum**, podendo ser praticado por qualquer pessoa. Sujeito passivo será o Estado.

Consuma-se o delito com a prática de qualquer das condutas, seja o ato de rasgar, inutilizar ou conspurcar (sujar, tornando ilegível) o edital ou, no caso da segunda parte, com a violação ou inutilização do sinal ou selo empregado. Não há consenso doutrinário sobre ser crime formal ou material.

○ Subtração ou inutilização de livro ou documento

Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

²⁸ BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. Cit., p. 289



A conduta pode ser tanto de *subtrair* (tomar para si, furtar) quanto de *inutilizar* (tornar inútil, imprestável, total ou parcialmente) **livro, processo ou documento** confiado à custódia de funcionário público em razão da função, ou de particular em serviço público.

Trata-se de **crime comum**, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

O elemento subjetivo é o **dolo**, mas não se exige nenhuma finalidade especial de agir (dolo específico) por parte do agente. Não há modalidade culposa.

EXEMPLO: José conversava com determinado oficial de justiça quando, sem querer, derramou café sobre a papelada que o oficial de justiça trazia consigo, inutilizando diversos documentos que estavam confiados ao servidor. Nesse caso, não há crime.

A consumação divide a Doutrina: alguns doutrinadores entendem que se consuma o delito com a subtração ou inutilização do documento, livro ou processo. Outros entendem que deve haver prejuízo, dano ao regular desenvolvimento da atividade administrativa.²⁹ De toda forma, prevalece o entendimento de que é desnecessário qualquer resultado naturalístico para além da mera subtração ou inutilização do livro, processo ou documento.

A **tentativa**, porém, é perfeitamente admissível.

Caso o documento, livro ou processo seja restituído sem que haja qualquer prejuízo, uns entendem que este fato (espécie de reparação do erro) é causa que beneficia o agente na fixação da pena, e outra parte da Doutrina entende que isso desconfigura o crime.



Caso determinado agente inutilize, total ou parcialmente, ou deixe de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu **na qualidade de advogado ou procurador, incorrerá nas penas do art. 356 do CP** (crime contra a administração da Justiça):

Sonegação de papel ou objeto de valor probatório

²⁹ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 804/805



Art. 356 - Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

○ Sonegação de contribuição previdenciária

Art. 337-A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I - omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

II - deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

III - omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

A conduta tipificada é a de suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária ou qualquer de seus acessórios, e pode ser praticada nas três modalidades diferentes previstas nos incisos I, II e III do art. 337-A do CP.

Suprimir é eliminar, acabar, retirar no todo. Reduzir, por sua vez, é tornar menor.

O agente, portanto, com a prática de qualquer das condutas mencionadas no art. 337-A, busca não pagar contribuição social previdenciária e qualquer acessório, ou pagá-los em valor inferior ao que seria correto.

O crime pode ser praticado mediante as seguintes condutas:

- ⇒ **Omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços** – O agente aqui omite da folha de pagamento informações relevantes quanto a seus empregados ou demais trabalhadores, com o objetivo de não pagar as referidas contribuições ou pagá-las em valor inferior (Ex.: O agente possui 20 empregados, mas informa possuir apenas 05, de forma a não recolher o valor da cota patronal devida ao INSS em relação aos outros 15).



- ⇒ **Deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços** – O agente aqui deixa de lançar na contabilidade da empresa as referidas quantias, com o objetivo de não pagar as referidas contribuições ou pagá-las em valor inferior (Ex.: Determinada empresa contrata outra empresa para prestação de serviços. A contratante é o tomador de serviços, e ao pagar a contratada, que é prestadora, fica com a responsabilidade tributária de reter e recolher contribuições sociais devidas pela prestadora. Todavia, o administrador da contratante não lança na contabilidade da empresa o valor de tais serviços, de forma a não repassar à previdência social as contribuições devidas).
- ⇒ **Omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias** – O agente aqui omite informações financeiras relevantes para a caracterização de fato gerador de contribuição social previdenciária, com o objetivo de não pagar as referidas contribuições ou pagá-las em valor inferior (Ex.: Declara lucro de apenas R\$ 100.000,00 quando o lucro real foi de R\$ 200.000,00, com vistas a pagar um valor menor a título de contribuição social sobre o lucro líquido).

Há forte discussão doutrinária sobre se tratar de crime próprio ou comum. Há quem sustente que este crime não é um crime comum, ou seja, o time penal exige do sujeito ativo uma qualidade especial. Seria, portanto, crime próprio. Somente o agente que tinha a incumbência de realizar corretamente o lançamento de informações, etc., é quem poderia cometer o crime. Ou seja, somente poderia praticar o delito quem tem o específico dever de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes.³⁰ Há, porém, quem sustente tratar-se de crime comum, por entender que qualquer pessoa pode vir a estar nessa situação (de ter o dever de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes). Inclusive, o STJ possui entendimento nesse sentido:

Tese nº 13 – Edição 81 da Jurisprudência em teses do STJ – O delito de sonegação de contribuição previdenciária não exige qualidade especial do sujeito ativo, podendo ser cometido por qualquer pessoa, particular ou agente público, inclusive prefeitos.

O sujeito passivo aqui é o Estado, mais precisamente, a previdência social.

³⁰ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 806



As condutas incriminadas são **normas penais em branco**, pois carecem de complementação, já que a lei não diz quais são os documentos que devem conter as informações, prazos, etc. Ou seja, para a correta e perfeita aplicação do tipo penal é necessário recorrer a outras normas (de caráter previdenciário).

A **Doutrina majoritária entende tratar-se de crime omissivo**. Entretanto, alguns doutrinadores entendem que se trata de crime comissivo, pois, na verdade, quando o agente deixa de lançar a informação correta, está lançando uma informação errada. Quando omite receitas e lucros, está declarando outros, ou seja, está prestando declaração falsa.

A Doutrina entende que este crime é **material, ou seja, é necessária a efetiva ocorrência da obtenção da vantagem, ou seja, a efetiva redução ou supressão da contribuição social devida**. Se o agente, mesmo praticando as condutas, não obtém êxito, o crime é tentado.³¹ Trata-se, portanto, de uma curiosa situação de crime omissivo puro (praticado por meio de um “não fazer” o que deveria ser feito) em que a tentativa é possível, já que o agente pode omitir as receitas, lucros, etc., e mesmo assim não conseguir alcançar seu objetivo (haverá forma tentada do delito).

A propósito, o STJ possui tese consolidada nesse sentido:

Tese nº 11 – Edição 81 da Jurisprudência em teses do STJ – O crime de sonegação de contribuição previdenciária é de natureza material e exige a constituição definitiva do débito tributário perante o âmbito administrativo para configurar-se como conduta típica.

O elemento subjetivo é o dolo, não havendo forma culposa. Não se exige do agente nenhuma finalidade específica por parte do agente:

Tese nº 10 – Edição 81 da Jurisprudência em teses do STJ – O crime de sonegação de contribuição previdenciária, previsto no art. 337-A do CP, não exige dolo específico para a sua configuração.

1. Extinção da punibilidade

A. Extinção da punibilidade sem pagamento

Caso o agente, antes do início da ação do fisco, venha a se retratar e prestar as informações corretas, estará extintiva a punibilidade, nos termos do § 1º do art. 337-A do CP:

³¹ CUNHA, Rogério Sanches. Op. Cit., p. 809



Art. 337-A (...) § 1º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Aqui **não se exige o pagamento das contribuições**, basta que o agente, espontaneamente e antes da início da atividade do fisco, declare e confesse as importâncias devidas ou preste as informações que haviam sido dolosamente omitidas.

B. Extinção da punibilidade pelo pagamento

Porém, existe outra hipótese de extinção da punibilidade para este delito, mas que pressupõe o **pagamento integral da contribuição social suprimida ou reduzida** (inclusive acessórios).

O pagamento poderá ocorrer mesmo depois de iniciada a ação do fisco, com fundamento no art. 9º da Lei 10.684/03:

Art. 9º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168A e **337A do Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento.

(...) § 2º **Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo** quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o **pagamento integral dos débitos** oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios.

O STJ, inclusive, consolidou entendimento no sentido de que este pagamento pode ocorrer a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado:

•

2. Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa

O § 2º do art. 337-A prevê a possibilidade de concessão do **perdão judicial** ou **aplicação apenas da pena de multa**, caso presentes todos os requisitos ali enumerados:

Art. 337-A (...) § 2º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I - (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)



II - o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Assim, são **três os requisitos para o perdão judicial** ou **aplicação apenas da pena de multa**:

- ⇒ Ter o agente **bons antecedentes**
- ⇒ Ser **primário**
- ⇒ O **valor das contribuições** não ser superior ao valor estabelecido pela Previdência Social como o mínimo ao ajuizamento de execuções fiscais

Em casos tais, o Juiz pode conceder o perdão judicial, deixando de aplicar qualquer pena, o que gerará a extinção da punibilidade (art. 107, IX do CP) ou optar por condenar o infrator e aplicar somente a pena de multa.

3. Causa de diminuição de pena ou aplicação exclusiva de multa

O § 3º do art. 337-A estabelece uma espécie de “crime privilegiado”, quando o sonegador não for pessoa jurídica (obviamente, então, deve ser pessoa física ☐) e sua folha de pagamento é módica:

Art. 337-A (...) § 3º Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais), o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 4º O valor a que se refere o parágrafo anterior será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios da previdência social. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Em casos tais, o Juiz poderá conceder ao agente os seguintes benefícios:

- ⇒ Redução de pena de um terço até a metade
- ⇒ Aplicação apenas a de multa

A aplicação não é cumulativa, ou seja, o Juiz concederá um dos dois benefícios.

4. Princípio da insignificância



Durante muito tempo os Tribunais Superiores entenderam que seria cabível a aplicação do princípio da insignificância ao crime de sonegação de contribuição previdenciária, quando o valor total das contribuições suprimidas fosse inferior àquele estabelecido como o mínimo para a cobrança da dívida em Juízo.

Porém, mais recentemente, o STF e depois dele o STJ, passaram a entender pela **inaplicabilidade do princípio da insignificância ao crime de sonegação de contribuição previdenciária** (e aos demais crimes contra a previdência social). Vejamos:

“(...) No julgamento da RvCr n. 4.881/RJ, a Terceira Seção concluiu, em julgamento unânime, acompanhando entendimento do Supremo Tribunal Federal, que **o princípio da insignificância não se aplicaria aos crimes de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal) e de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do Código Penal)**. Precedentes. (...) (AgRg no REsp n. 1.832.011/MG, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 10/8/2021, DJe de 16/8/2021.)

A lógica por trás dessa alteração de entendimento é simples: a previdência social é historicamente deficitária, logo, há uma alta reprovabilidade nos crimes que atentam contra tal bem jurídico de caráter supraindividual, que contribuem para agravar ainda mais o déficit da Previdência Social. Assim, quaisquer valores devidos à Previdência Social são relevantes, pois destinados à própria subsistência da Previdência Social.

O entendimento, inclusive, passou a constar da “Jurisprudência em teses” do STJ:

Edição nº 220 da Jurisprudência em teses do STJ

Tese 5) O princípio da insignificância não se aplica aos crimes de apropriação indébita previdenciária e de sonegação de contribuição previdenciária, pois esses tipos penais protegem a própria subsistência da Previdência Social.



5. Tópicos jurisprudenciais relevantes

Naturalmente que não é possível incluir em nosso livro eletrônico todas as decisões judiciais sobre determinado tema. Contudo, algumas súmulas, teses e decisões judiciais merecem especial destaque. Vejamos:

A. Teses do STJ

Edição nº 81 da Jurisprudência em teses do STJ

- ⇒ Tese nº 10) O crime de sonegação de contribuição previdenciária, previsto no art. 337-A do CP, não exige dolo específico para a sua configuração.
- ⇒ Tese nº 11) O crime de sonegação de contribuição previdenciária é de natureza material e exige a constituição definitiva do débito tributário perante o âmbito administrativo para configurar-se como conduta típica.
- ⇒ Tese nº 13) O delito de sonegação de contribuição previdenciária não exige qualidade especial do sujeito ativo, podendo ser cometido por qualquer pessoa, particular ou agente público, inclusive prefeitos.
- ⇒ Tese nº 14) O crime de falso, quando cometido única e exclusivamente para viabilizar a prática do crime de sonegação de contribuição previdenciária, é por este absorvido, consoante diretrizes do princípio penal da consunção

Edição nº 220 da Jurisprudência em teses do STJ

- ⇒ Tese 5) O princípio da insignificância não se aplica aos crimes de apropriação indébita previdenciária e de sonegação de contribuição previdenciária, pois esses tipos penais protegem a própria subsistência da Previdência Social.



○ Dispositivos legais pertinentes



CÓDIGO PENAL

→ **Arts. 328 a 337-A do CP** – Tipificam os crimes praticados por particular contra a administração em geral:

Usurpação de função pública

Art. 328 - Usurpar o exercício de função pública:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se do fato o agente auferir vantagem:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Desobediência

Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

Desacato

Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:



Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Inutilização de edital ou de sinal

Art. 336 - Rasgar ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Subtração ou inutilização de livro ou documento

Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Sonegação de contribuição previdenciária (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 337-A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I – omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

II – deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

III – omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 1º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 3º Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais), o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 4º O valor a que se refere o parágrafo anterior será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios da previdência social. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. VUNESP - PJur (Piracicaba)/Pref Piracicaba/2023

Assinale a alternativa correta.

a) O crime de usurpar o exercício de função pública, previsto no artigo 328 do Código Penal, consiste na conduta de o agente se intitular funcionário público perante terceiros, ainda que não pratique atos inerentes ao ofício.



- b) Recusar-se a atender ordem legal de funcionário público consiste no crime de resistência, previsto no artigo 329 do Código Penal.
- c) O desacato, previsto no artigo 331, do Código Penal, somente se perfaz quando a ofensa for feita contra funcionário que está executando suas funções, não se valendo em caso de folga.
- d) O crime conhecido como tráfico de influência, previsto no artigo 332 do Código Penal, pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por funcionário público.
- e) Retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal.

COMENTÁRIOS

- a) ERRADA: Item errado, pois o crime de usurpação de função pública, previsto no artigo 328 do Código Penal, exige, para sua configuração, que o agente usurpador pratique atos inerentes ao ofício, e não apenas se intitule falsamente funcionário público perante terceiros, hipótese na qual poderá estar caracterizada apenas a contravenção penal prevista no art. 45 da Lei das Contravenções Penais:

Art. 45. Fingir-se funcionário público:

Pena – prisão simples, de um a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a três contos de réis.

- b) ERRADA: Item errado, pois recusar-se a atender ordem legal de funcionário público configura o crime de desobediência, previsto no art. 330 do CP:

Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

- c) ERRADA: Item errado, pois o desacato se verifica quando o agente ofende o funcionário público no exercício da função **ou em razão dela**. Ou seja, ainda que o funcionário público desrespeitado não esteja trabalhando no momento, haverá desacato se a ofensa se der em razão da função pública, nos termos do art. 331 do CP.
- d) CORRETA: Item correto, pois o crime conhecido como tráfico de influência, previsto no artigo 332 do Código Penal, pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por funcionário público, sendo um crime comum.
- e) ERRADA: Item errado. Para que haja o crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal, é necessário que o funcionário público retarde ou deixe de praticar, **indevidamente**, ato de ofício, ou o pratique contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

GABARITO: Letra D



2. VUNESP - PJur (Piracicaba)/Pref Piracicaba/2023

Mévio é parado na estrada, pela Polícia Rodoviária, em razão de dirigir em alta velocidade. Com medo da multa, oferece dinheiro ao policial, que aceita, liberando-o prontamente para viagem.

Com relação a essa situação, é correto afirmar que

- a) Mévio e o policial cometem o crime de concussão, previsto no artigo 316 do Código Penal.
- b) Mévio e o policial cometem o crime de corrupção passiva, previsto no artigo 317 do Código Penal.
- c) somente Mévio pratica o crime de corrupção passiva, previsto no artigo 317 do Código Penal.
- d) Mévio pratica o crime de corrupção passiva, previsto no artigo 317 do Código Penal, e o policial de corrupção ativa, previsto no artigo 333, do mesmo Estatuto.
- e) Mévio pratica o crime de corrupção ativa, previsto no artigo 333, do Código Penal, e o policial o crime de corrupção passiva, previsto no artigo 317, do mesmo Estatuto.

COMENTÁRIOS

Nesse caso, Mévio pratica o crime de corrupção ativa, previsto no art. 333, do CP, por ter oferecido vantagem indevida a funcionário público a fim de que este infringisse seu dever funcional. Já o policial praticou o crime de corrupção passiva, previsto no art. 317 do CP, por ter aceitado/recebido vantagem indevida em razão da função pública:

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

(...)

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

GABARITO: Letra E

3. VUNESP - FPM (Pref SP)/Pref SP/2023



Se um particular exigir para si alguma vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função ele comete o crime de:

- a) usurpação de função pública.
- b) tráfico de Influência.
- c) corrupção passiva.
- d) prevaricação.
- e) corrupção ativa.

COMENTÁRIOS

Tal conduta irá configurar o crime de tráfico de Influência, nos termos do art. 332 do CP:

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Frise-se que o particular irá exigir para si alguma vantagem ou promessa de vantagem, **“a pretexto de”** influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, ou seja, ele não irá efetivamente influenciar o servidor, mas apenas está dando um “golpe” na pessoa de quem solicita/exige o dinheiro, alegando alardear influência que não será exercida.

GABARITO: Letra B

4. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2023

Tendo em conta o crime de inutilização de edital ou de sinal, previsto no artigo 336, do Código Penal, e o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento, previsto no artigo 337, do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) São crimes próprios de funcionários públicos, só podendo ser por eles praticados.
- b) O crime de inutilização de edital ou sinal será qualificado quando há violação de sinal empregado para cerrar objeto de interesse da justiça.
- c) São crimes que inadmitem tentativa.
- d) O crime de subtração ou inutilização de livro ou documento restará caracterizado ainda que o documento inutilizado estiver confiado a particular, desde que em serviço público.



e) O crime de subtração ou inutilização de livro ou documento, se parcial a inutilização do documento, será punido de forma diminuída.

COMENTÁRIOS

a) ERRADA: Item errado, pois são crimes comuns, podendo ser praticados por qualquer pessoa.

b) ERRADA: Item errado, pois não há previsão de qualificadoras ou majorantes para o crime de inutilização de edital ou sinal, nos termos do art. 336 do CP.

c) ERRADA: Item errado, pois a tentativa é perfeitamente admissível em relação a ambos os delitos, já que são crimes plurissubsistentes, ou seja, é possível que o agente inicie a execução mas o crime não venha a se consumir por fatores estranhos à sua vontade.

d) CORRETA: Item correto, pois o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento restará caracterizado ainda que o documento inutilizado estiver confiado a particular, desde que em serviço público, nos termos do art. 337 do CP:

Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

e) ERRADA: Item errado, pois o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento será punido igualmente ainda que se trate de inutilização meramente parcial:

Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, **total ou parcialmente**, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

GABARITO: Letra D

5. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2023

O crime do artigo 337 do CP tem como objeto material, ou seja, coisa que sofre a ação criminosa, “livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público.” É correto afirmar que o crime está configurado se

a) houver subtração, não se configurando em caso de inutilização.

b) houver inutilização, não se configurando em caso de subtração, pois esta configura outro crime.

c) o autor da ação criminosa for funcionário público, não se configurando se o autor não ostentar tal condição.



- d) houver subtração ou inutilização, sejam elas totais ou parciais.
- e) o objeto material for totalmente inutilizado, não se configurando se for parcialmente inutilizado.

COMENTÁRIOS

O crime do artigo 337 do CP estará configurado se houver subtração ou inutilização do livro ou documento, sejam elas totais ou parciais:

Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Trata-se de crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa.

GABARITO: Letra D

6. VUNESP - Proc Leg (CM SBO)/CM SBO/2023

A conduta de se opor à execução de ato legal, mediante violência a funcionário competente para executá-lo, configura o crime de

- a) desacato.
- b) resistência.
- c) desobediência.
- d) violência arbitrária.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

COMENTÁRIOS

A conduta de se opor à execução de ato legal, mediante violência a funcionário competente para executá-lo, configura o crime de resistência, nos termos do art. 329 do CP:

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

Frise-se que a oposição pode ser realizada também mediante ameaça.

GABARITO: Letra B



7. (VUNESP – 2018 – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) A respeito dos crimes praticados por particulares contra a administração, em geral (arts. 328; 329; 330; 331; 332; 333; 335; 336 e 337 do CP), assinale a alternativa correta.

(A) Não há previsão de modalidade culposa.

(B) Aquele que se abstém de licitar em hasta pública, em razão de vantagem indevida, não é punido pelo crime de impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, já que se trata de conduta atípica.

(C) O crime de desacato não se configura se o funcionário público não estiver no exercício da função, ainda que o desacato seja em razão dela.

(D) Para se configurar, o crime de corrupção ativa exige o retardo ou a omissão do ato de ofício, pelo funcionário público, em razão do recebimento ou promessa de vantagem indevida.

(E) Para se configurar, o crime de usurpação de função pública exige que o agente, enquanto na função, obtenha vantagem.

COMENTÁRIOS

a) CORRETA: Item correto, pois não há previsão de modalidade culposa para nenhum destes delitos.

b) ERRADA: Item errado, pois tal agente também é punido, na forma do art. 335, § único do CP.

c) ERRADA: Item errado, pois o crime de desacato pode ocorrer mesmo que o funcionário não esteja, naquele momento, exercendo a função, desde que a conduta se dê em razão da função por ele exercida, na forma do art. 331 do CP.

d) ERRADA: Item errado, pois tal delito se configura no momento em que o particular oferece ou promete a vantagem indevida ao funcionário público, na forma do art. 333 do CP.

e) ERRADA: Item errado, pois não é necessário, para a consumação de tal delito, que o agente obtenha qualquer vantagem. Caso isso ocorra, teremos a forma qualificada do delito, prevista no art. 328, § único do CP.

Portanto, a **ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.**

8. (VUNESP – 2017 – CÂMARA DE COTIA-SP – PROCURADOR LEGISLATIVO - ADAPTADA) O crime de usurpação de função pública somente se caracteriza se o agente usurpador obtém vantagem enquanto na função.

COMENTÁRIOS

Item errado, pois tal delito se configura ainda que o agente não obtenha vantagem. Caso o agente obtenha vantagem, teremos a forma qualificada de tal delito, conforme art. 328, § único do CP.

Portanto, a **AFIRMATIVA ESTÁ ERRADA.**



9. (VUNESP – 2017 – CÂMARA DE COTIA-SP – PROCURADOR LEGISLATIVO - ADAPTADA) O crime de resistência caracteriza-se pela oposição à execução de ato, ainda que ilegal, mediante violência ou grave ameaça, a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

COMENTÁRIOS

Item errado, pois o crime de resistência se verifica quando há oposição, pelo particular, à execução de ato LEGAL a ser praticado pelo funcionário público, mediante violência ou ameaça contra o próprio funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, conforme art. 329 do CP.

Portanto, a AFIRMATIVA ESTÁ ERRADA.

10. (VUNESP – 2017 – CÂMARA DE COTIA-SP – PROCURADOR LEGISLATIVO - ADAPTADA) O crime de tráfico de influência caracteriza-se independentemente de o agente influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

COMENTÁRIOS

Item correto, pois não é necessário que o agente influencie o funcionário público. Na verdade, a Doutrina sustenta que o crime do art. 332 se verifica exatamente quando o particular busca obter vantagem, em prejuízo de terceiro, alegando que irá influenciar em ato a ser praticado pelo funcionário, mas não pretende agir dessa forma.

Portanto, a AFIRMATIVA ESTÁ CORRETA.

11. (VUNESP – 2016 – CÂMARA DE MARÍLIA-SP – PROCURADOR) Funcionários públicos estão executando um ato legal. Mediante violência, um indivíduo opõe-se à execução do ato, e acaba causando lesão corporal leve em um particular que prestava auxílio aos funcionários públicos. Em que pese a oposição o ato se executa. O indivíduo

- a) comete crime de resistência e também responderá pela violência (lesão corporal).
- b) comete crime de desobediência, o qual terá sua pena aumentada por conta da violência (lesão corporal).
- c) apenas responderá pela violência (lesão corporal), não havendo porque se cogitar de outro crime, pois o ato foi executado.
- d) apenas comete crime de resistência, não havendo porque se cogitar de outro crime, uma vez que a vítima de violência (lesão corporal) não se trata de funcionário público.
- e) não comete crime algum.

COMENTÁRIOS

Neste caso o indivíduo pratica o crime de resistência e também responderá pela violência (lesão corporal) praticada, na forma do art. 329 e seu §2º do CP:



Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

(...)

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.

12. (VUNESP – 2016 – IPSMI – PROCURADOR – ADAPTADA) O crime de desobediência (artigo 330 do Código Penal) somente se caracteriza se do não atendimento à ordem resultar prejuízo à Administração Pública.

COMENTÁRIOS

Item errado, pois a ocorrência de prejuízo não é elemento do tipo de desobediência, motivo pelo qual é irrelevante para a consumação de tal delito.

Portanto, a AFIRMATIVA ESTÁ ERRADA.

13. (VUNESP – 2016 – CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ-SP – PROCURADOR) A fim de evitar o cumprimento de reintegração de posse, indivíduo lança pedras contra Oficial de Justiça que está dando cumprimento ao respectivo mandado judicial. Tal conduta configura o crime de

- a) desacato.
- b) resistência.
- c) desobediência.
- d) arremesso de projétil.
- e) usurpação de função pública.

COMENTÁRIOS

Tal conduta configura o crime de resistência, previsto no art. 329 do CP:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:



Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

14. (VUNESP – 2015 – CRO-SP – ADVOGADO JÚNIOR) A conduta de “opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio” caracteriza o crime de

- a) desacato.
- b) usurpação.
- c) resistência.
- d) descaminho.
- e) desobediência.

COMENTÁRIOS

Tal conduta configura o crime de resistência, previsto no art. 329 do CP:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

15. (VUNESP – 2015 – CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA-SP – ADVOGADO – ADAPTADA) O crime de resistência se configura com a oposição mediante violência ou ameaça à execução de ato legal ou ilegal praticado por funcionário público competente para executá-lo.

COMENTÁRIOS

Item errado, pois o crime de resistência se verifica quando há oposição, pelo particular, à execução de ato LEGAL a ser praticado pelo funcionário público, mediante violência ou ameaça contra o próprio funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, conforme art. 329 do CP.

Portanto, a AFIRMATIVA ESTÁ ERRADA.

16. (VUNESP – 2015 – PREF. DE CAIEIRAS-SP – ASSESSOR JURÍDICO) Antônio foi abordado por Policiais Militares na via pública e, quando informado que seria conduzido para a Delegacia de Polícia, pois era “procurado” pela Justiça, passou a desferir socos e pontapés contra um dos policiais. Sobre a conduta de Antônio, pode-se afirmar que

--



- a) praticou o crime de desacato, previsto no artigo 331 do Código Penal.
- b) praticou o crime de resistência, previsto no artigo 329 do Código Penal.
- c) praticou o crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal.
- d) não praticou nenhum crime, pois todo cidadão tem direito à sua autodefesa.
- e) praticou o crime de corrupção ativa, previsto no artigo 333 do Código Penal, pois pretendeu, com sua reação, corromper o funcionário público a não cumprir ato de ofício.

COMENTÁRIOS

Tal conduta configura o crime de resistência, previsto no art. 329 do CP, pois o agente se opôs a execução de ato legal por meio de violência:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

17. (VUNESP – 2015 – PREF. DE CAIEIRAS-SP – ASSESSOR JURÍDICO) Sobre o delito de corrupção ativa, pode-se afirmar que

- a) é crime próprio.
- b) tem como objeto jurídico a honestidade do funcionário público.
- c) é crime formal.
- d) é crime de concurso necessário
- e) admite forma culposa.

COMENTÁRIOS

O delito de corrupção ativa (art. 333 do CP) é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, e não crime próprio. Trata-se de crime formal, pois se consuma com a prática da conduta pelo particular (correta a letra C), ainda que o funcionário não aceite a vantagem ou não infrinja seu dever funcional (errada, portanto, a letra B). Trata-se de crime de concurso eventual, pois pode ser praticado por uma única pessoa e não admite forma culposa (erradas as letras D e E).

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.



18. (VUNESP – 2015 – PC-CE – DELEGADO) O crime de usurpação de função pública é qualificado se

- a) do fato resulta prejuízo patrimonial para a Administração.
- b) do fato o agente auferir vantagem.
- c) ocorre em local ermo ou de difícil acesso ou durante repouso noturno.
- d) praticado mediante o uso de uniforme ou insígnias ou qualquer outro elemento distintivo da atividade usurpada.
- e) praticado em concurso de pessoas.

COMENTÁRIOS

O crime de usurpação de função pública é qualificado se do fato o agente auferir vantagem, conforme art. 328, § único do CP:

Usurpação de função pública

Art. 328 - Usurpar o exercício de função pública:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se do fato o agente auferir vantagem:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

19. (VUNESP – 2014 – TJ-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO) Quem se opõe à execução de ato legal, mediante ameaça a pessoa que está prestando auxílio a funcionário competente para executá-lo, comete crime de

- a) usurpação de função pública.
- b) desobediência.
- c) resistência.
- d) desacato.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

COMENTÁRIOS

Tal conduta configura o crime de resistência, previsto no art. 329 do CP:



Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

20. (VUNESP – 2014 – DESENVOLVESP – ADVOGADO) A conduta de “solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função” caracteriza crime de

- a) corrupção ativa.
- b) corrupção passiva.
- c) tráfico de influência.
- d) exploração de prestígio.
- e) condescendência criminosa.

COMENTÁRIOS

Tal conduta corresponde ao crime de tráfico de influência, previsto no art. 332 do CP:

Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

21. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA - ADAPTADA) O crime de resistência previsto no artigo 329 do CP tem sua pena aplicada sem prejuízo da pena correspondente à violência grave.

COMENTÁRIOS

Item correto, nos termos do art. 329, §2º do CP:



Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

(...) § 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Portanto, a AFIRMATIVA ESTÁ CORRETA.

22. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA - ADAPTADA) O delito de desobediência, previsto no artigo 330, CP, é crime comum, tendo como sujeito ativo qualquer pessoa, com exceção do funcionário público, que mesmo quando não está no exercício da função, não perde essa condição para efeitos penais.

COMENTÁRIOS

Item errado, pois o funcionário público pode praticar o delito de desobediência, na qualidade de particular, quando estiver fora do exercício das funções.

Portanto, a AFIRMATIVA ESTÁ ERRADA.

23. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA - ADAPTADA) O delito de desacato (art. 331, CP), dado o objeto material (o funcionário público e sua honra), tem como sujeito passivo apenas o funcionário público humilhado.

COMENTÁRIOS

Item errado, pois o Estado também é sujeito passivo deste delito.

Portanto, a AFIRMATIVA ESTÁ ERRADA.

24. (VUNESP – 2015 – CÂMARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP – ADVOGADO) José, policial militar, no exercício da sua função, decidiu abordar João na via pública, pois este passou a correr quando percebeu a aproximação da viatura policial. Durante a abordagem, João passou a desprestigiar e ofender José, em razão do seu salário de policial militar, inclusive proferindo palavras de baixo calão contra ele. Com relação à conduta de João, pode-se afirmar sobre ele que

(A) ao sair correndo, quando viu a viatura policial, praticou o delito de resistência.

(B) cometeu o delito de desobediência.

(C) sua conduta é atípica.

(D) é passível de queixa-crime, ajuizada por José, no prazo de 6 meses, a contar da data do fato, caso sinta que sua honra profissional tenha sido ofendida.

(E) praticou o crime de desacato.



COMENTÁRIOS

João, neste caso, praticou o delito de desacato, previsto no art. 331 do CP:

Desacato

Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA E.

25. (VUNESP – 2015 – CÂMARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP – ADVOGADO) Sobre o delito de corrupção ativa, previsto no artigo 333 do Código Penal, pode-se afirmar que

(A) é crime comum, pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por um funcionário público que não esteja agindo nessa qualidade e tem como sujeito passivo o Estado.

(B) é crime material.

(C) mesmo quando a vantagem oferecida ou prometida for posterior à conduta praticada pelo funcionário público, ocorrerá o crime de corrupção ativa.

(D) não se configura o delito de corrupção ativa, caso a vantagem não tenha sido endereçada ao funcionário diretamente (mas a terceira pessoa), assim como também não se configura o delito, caso o funcionário venha a repelir a vantagem oferecida pelo particular.

(E) ocorrerá todas as vezes que o funcionário público ceder à exigência do particular para realizar, omitir ou deixar de praticar ato de ofício.

COMENTÁRIOS

A) CORRETA: Trata-se de crime praticado por PARTICULAR contra a administração em geral, ou seja, qualquer pessoa pode praticá-lo, inclusive um funcionário público que não esteja no exercício das funções.

B) ERRADA: Trata-se de crime FORMAL, que se consuma com a mera prática da conduta, independentemente da obtenção do resultado pretendido.

C) ERRADA: Item errado, pois a conduta deve ser anterior à prática do ato, pois o tipo penal exige que a conduta seja praticada para “determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”.

D) ERRADA: Item errado, pois o crime se configura mesmo quando é realizado por interposta pessoa, e a eventual recusa do funcionário público é irrelevante, pois o delito já estará consumado.

E) ERRADA: O crime ocorre quando o particular pratica sua conduta. Caso o funcionário público efetivamente infrinja seu dever funcional, haverá aumento de pena, nos termos do art. 333, § único do CP.



Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.

26. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA) Assinale a alternativa correta sobre os crimes praticados pelo particular contra a Administração em geral.

(A) O crime de resistência previsto no artigo 329 do CP tem sua pena aplicada sem prejuízo da pena correspondente à violência grave.

(B) O delito de desobediência, previsto no artigo 330, CP, é crime comum, tendo como sujeito ativo qualquer pessoa, com exceção do funcionário público, que mesmo quando não está no exercício da função, não perde essa condição para efeitos penais.

(C) O crime de falso testemunho ou falsa perícia (art. 342, CP) admite retratação do agente que poderá ser manifestada em qualquer instância e grau de jurisdição, ocasionando a extinção da punibilidade.

(D) O delito de desacato (art. 331, CP), dado o objeto material (o funcionário público e sua honra), tem como sujeito passivo apenas o funcionário público humilhado.

(E) O crime de coação no curso do processo (art. 344, CP) não admite violência, mas apenas ameaça por parte do agente, que busca favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial, administrativo ou em juízo arbitral.

COMENTÁRIOS

A) CORRETA: Item correto, nos termos do art. 329, §2º do CP:

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

(...)

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

B) ERRADA: O funcionário público pode praticar o delito de desobediência, na qualidade de particular, quando estiver fora do exercício das funções.

C) ERRADA: A retratação do agente, no crime de falso testemunho, somente extingue a punibilidade se o agente a realiza antes da sentença no processo em que ocorreu o fato, nos termos do art. 342, §2º do CP.

D) ERRADA: O Estado também sujeito passivo deste delito.

E) ERRADA: Item errado, pois tal delito também pode ser praticado por meio de violência, nos termos do art. 344 do CP.



Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.

27. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA) Antônio foi abordado por Policiais Militares na via pública e, quando informado que seria conduzido para a Delegacia de Polícia, pois era “procurado” pela Justiça, passou a desferir socos e pontapés contra um dos policiais. Sobre a conduta de Antônio, pode-se afirmar que

- (A) praticou o crime de desacato, previsto no artigo 331 do Código Penal.
- (B) praticou o crime de resistência, previsto no artigo 329 do Código Penal.
- (C) praticou o crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal.
- (D) não praticou nenhum crime, pois todo cidadão tem direito à sua autodefesa.
- (E) praticou o crime de corrupção ativa, previsto no artigo 333 do Código Penal, pois pretendeu, com sua reação, corromper o funcionário público a não cumprir ato de ofício.

COMENTÁRIOS

Neste caso o agente praticou o delito de resistência, previsto no art. 329 do CP:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

28. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA) Sobre o delito de corrupção ativa, pode-se afirmar que

- (A) é crime próprio.
- (B) tem como objeto jurídico a honestidade do funcionário público.
- (C) é crime formal.
- (D) é crime de concurso necessário.
- (E) admite forma culposa.

COMENTÁRIOS



O crime de corrupção ativa é COMUM (pode ser praticado por qualquer pessoa) e tem como objeto (bem jurídico) a moralidade e a probidade da administração pública. Além disso, é crime de concurso EVENTUAL e não admite forma culposa. Por fim, trata-se de crime FORMAL, pois se consuma com a mera prática da conduta, independentemente de o agente obter o resultado pretendido.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

29. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA) José solicita e recebe dinheiro de um empresário que participará de uma licitação pública a pretexto de ajudá-lo a vencer o certame, sob o argumento de que tem muitos amigos no comando da Administração Pública. Sobre a conduta de José, está correto afirmar que

- (A) praticou o crime de usurpação da função pública (art. 328, Código Penal).
- (B) praticou o crime de corrupção ativa (art. 333, Código Penal).
- (C) praticou o crime de impedimento, perturbação ou fraude concorrência (art. 335, Código Penal).
- (D) praticou o crime de tráfico de influência (art. 332, Código Penal).
- (E) não praticou nenhum crime (fato atípico), pois quem decide o resultado de licitação é o agente público e não o particular.

COMENTÁRIOS

José praticou o delito de tráfico de influência, previsto no art. 332 do CP:

Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

30. (VUNESP – 2015 – PREF. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP – AUDITOR) Cidadão solicita a poda de uma árvore que se encontra no passeio público em frente a sua residência, ao agente público municipal, responsável por atividades de zeladoria urbana. Tal agente afirma que tal serviço demorará de 2 a 3 meses, mas que se o cidadão quiser maior rapidez, pode lhe pagar R\$ 100,00, que enviará a equipe para realizar o serviço no dia seguinte. O interessado paga a quantia e recebe o serviço, conforme combinado. Nesse caso, as condutas do agente público municipal e do cidadão são crimes contra a Administração Pública, respectivamente previstos como

- (A) corrupção passiva e corrupção ativa.



- (B) corrupção ativa e peculato.
- (C) peculato e corrupção passiva.
- (D) concussão e peculato.
- (E) corrupção ativa e concussão.

COMENTÁRIOS

Questão polêmica. É pacífico na Doutrina que se o agente apenas cede ao pedido do funcionário público e dá a vantagem indevida solicitada, não pratica o delito de corrupção ativa, pois o tipo penal do art. 333 do CP não abarca este verbo (pagar ou dar).

Contudo, a questão deixa claro que o funcionário público não solicitou a verba, apenas esclareceu como funcionava o “esquema”. O particular, por livre e espontânea vontade, ofereceu a vantagem indevida, caracterizando o delito de corrupção ativa.

O funcionário público, por sua vez, praticou o delito de corrupção passiva ao aceitar a vantagem.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.

31. (VUNESP – 2013 – ITESP – ADVOGADO) O fazendeiro de uma cidade do interior de São Paulo, que solicita aos assentados dinheiro a pretexto de influir na atuação de funcionário do ITESP a fim de facilitar a concessão de títulos de domínio visando a regularização fundiária, comete o crime de:

- a) corrupção passiva qualificada.
- b) tráfico de influência.
- c) advocacia administrativa.
- d) exploração de prestígio.
- e) estelionato

COMENTÁRIOS

A conduta do fazendeiro caracteriza o delito de tráfico de influência, nos termos do art. 332 do CP:

Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)



Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

32. (VUNESP – 2012 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) A pena prevista pelo Código Penal para o crime de "resistência" (CP, art. 329), por expressa disposição legal, é

- A) de reclusão e de multa.
- B) de reclusão, de seis meses a um ano.
- C) maior, se o funcionário público, em razão da violência, fica afastado do cargo.
- D) maior se o ato, em razão da resistência, não se executa.
- E) diminuída de um a dois terços se a resistência não é praticada com violência.

COMENTÁRIOS

A resposta é a letra D.

Para resolvermos a questão é necessária a transcrição do art. 329 do CP, que define o tipo penal do delito de resistência. Vejamos:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

Vemos, então, que a pena, em regra, é de detenção, de dois meses a dois anos.

Contudo, caso o ato não se execute em razão da resistência, a pena será maior, e será de reclusão, de um a três anos.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

33. (VUNESP – 2007 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) A resistência qualificada consiste



- A) na oposição do agente ao ato legal mediante violência.
- B) na oposição do agente ao ato legal, causando considerável prejuízo à vítima.
- C) na oposição do agente ao ato legal mediante o emprego da violência ou ameaça.
- D) na vontade exteriorizada do agente de empregar violência ou usar de ameaça contra o funcionário competente para executar o ato legal, ou ainda, a quem lhe esteja prestando auxílio.
- E) na não execução do ato legal diante da resistência do agente.

COMENTÁRIOS

Tal delito se caracteriza, na forma qualificada, quando o ato não é executado em razão da resistência do agente. Vejamos:

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

Portanto, a **ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA E.**

34. (VUNESP – 2007 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Assinale a alternativa que exemplifica o crime de desacato.

- A) "X", de forma muito humilhante, diz a seu vizinho, funcionário público, durante um churrasco entre amigos, que ele é a pessoa mais preguiçosa e lenta que já conheceu.
- B) "X" descumpre a ordem dada pelo juiz em audiência e continua fotografando a vítima do crime sob julgamento.
- C) "X", ao deparar-se no fórum com a escrevente "Z", dirige a ela as seguintes palavras: que coisa mais linda, até parece um anjo!
- D) "X", ao ter seu veículo apreendido pelo Delegado de Polícia "Z", gesticula a ele de forma obscena utilizando o dedo médio da mão.
- E) "X", que assiste a uma partida de vôlei, zomba de um dos jogadores: Vejam como o nosso promotor público enfeita a quadra, até parece uma borboleta!

COMENTÁRIOS

O delito de desacato está previsto no art. 331 do CP. Vejamos:



Desacato

Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

O crime de desacato deve ser praticado contra o funcionário público NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO (quando estiver exercendo a função) ou EM RAZÃO DELA (mesmo fora do local do exercício da função, mas em razão da função).

No caso em tela, somente a alternativa D traz uma hipótese de caracterização do delito de desacato.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

35. (VUNESP – 2006 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) São pressupostos do delito de resistência que

- I. o ato ao qual se opõe seja legal;
- II. a violência ou ameaça seja praticada contra o policial que executar o ato;
- III. a oposição seja praticada mediante violência ou ameaça.

Está correto o contido em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

COMENTÁRIOS

O delito de resistência está previsto no art. 329 do CP:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.



Assim, vemos que o ato ao qual se opõe deve ser LEGAL. A violência ou ameaça deve ser praticada contra o funcionário competente para praticar o ato, e não necessariamente um policial. Por fim, A oposição ao ato deve ser praticada necessariamente com violência ou ameaça.

Assim, as afirmativas I e III estão corretas.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

36. (VUNESP – 2006 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) A conduta de opor-se mediante violência ou ameaça à execução de ordem legal advinda de funcionário competente tipifica o crime de

- A) desobediência.
- B) desacato.
- C) fraude processual.
- D) resistência.
- E) exercício arbitrário das próprias razões.

COMENTÁRIOS

A conduta descrita caracteriza o delito do art. 329 do CP, ou seja, crime de RESISTÊNCIA. Vejamos:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

37. (VUNESP – 2009 – TJ/SP – OFICIAL DE JUSTIÇA) Examine as afirmações sobre o crime de tráfico de influência.

I. Ocorre se o agente solicita para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

II. É praticado, ainda que sem intenção, e de forma imprudente, se o agente exige para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.



III. Tem a sua pena aumentada se o agente alega que a vantagem solicitada é também destinada ao funcionário público que se deixará influenciar.

Está correto o contido em

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.
- C) I e III, somente.
- D) II e III, somente.
- E) I, II e III.

COMENTÁRIOS

I - CORRETA: Esta é a redação do tipo penal previsto no art. 332 do CP, caracterizando o delito de tráfico de influência;

II - ERRADA: O crime somente é punido a título de dolo, não havendo previsão de forma culposa;

III - CORRETA: Esta é a causa de aumento de pena prevista no art. 332, § único do CP, aumentando-se a pena em metade.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

38. (VUNESP – 2010 – TJ/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA) Considere as seguintes assertivas no que pertine aos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral e assinale a alternativa que corresponde ao regramento estabelecido pelo texto do Código Penal.

- I. Somente comete crime de resistência aquele que age com violência ou ameaça.
- II. Quem desobedece à ordem ilegal de funcionário público não comete crime de desobediência.
- III. Apenas se configura o crime de desacato se a ação for praticada contra funcionário no exercício da função ou em razão dela.

- (A) Nenhuma assertiva é correta.
- (B) Todas as assertivas são corretas.
- (C) Somente II é correta.
- (D) Somente III é correta.
- (E) Somente II e III são corretas.



COMENTÁRIOS

I – CORRETA: Item correto, pois para a caracterização do crime de resistência é indispensável que o particular resista empregando violência ou ameaça contra o próprio servidor competente para executar o ato ou contra quem esteja auxiliando o servidor, nos termos do art. 329 do CP. A oposição meramente passiva, sem violência ou ameaça, não configura crime de resistência, podendo eventualmente configurar o crime de desobediência.

II – CORRETA: Para que tal crime se configure é necessário que a ordem do funcionário público seja LEGAL, nos termos do art. 330 do CP.

III – CORRETA: É indispensável, no delito de desacato, que o funcionário desacatado esteja no exercício da função ou, pelo menos, que o desacato se dê em razão da função, nos termos do art. 331 do CP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

EXERCÍCIOS PARA PRATICAR



1. VUNESP - PJur (Piracicaba)/Pref Piracicaba/2023

Assinale a alternativa correta.

- a) O crime de usurpar o exercício de função pública, previsto no artigo 328 do Código Penal, consiste na conduta de o agente se intitular funcionário público perante terceiros, ainda que não pratique atos inerentes ao ofício.
- b) Recusar-se a atender ordem legal de funcionário público consiste no crime de resistência, previsto no artigo 329 do Código Penal.
- c) O desacato, previsto no artigo 331, do Código Penal, somente se perfaz quando a ofensa for feita contra funcionário que está executando suas funções, não se valendo em caso de folga.
- d) O crime conhecido como tráfico de influência, previsto no artigo 332 do Código Penal, pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por funcionário público.
- e) Retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal.



2. VUNESP - PJur (Piracicaba)/Pref Piracicaba/2023

Mévio é parado na estrada, pela Polícia Rodoviária, em razão de dirigir em alta velocidade. Com medo da multa, oferece dinheiro ao policial, que aceita, liberando-o prontamente para viagem.

Com relação a essa situação, é correto afirmar que

- a) Mévio e o policial cometem o crime de concussão, previsto no artigo 316 do Código Penal.
- b) Mévio e o policial cometem o crime de corrupção passiva, previsto no artigo 317 do Código Penal.
- c) somente Mévio pratica o crime de corrupção passiva, previsto no artigo 317 do Código Penal.
- d) Mévio pratica o crime de corrupção passiva, previsto no artigo 317 do Código Penal, e o policial de corrupção ativa, previsto no artigo 333, do mesmo Estatuto.
- e) Mévio pratica o crime de corrupção ativa, previsto no artigo 333, do Código Penal, e o policial o crime de corrupção passiva, previsto no artigo 317, do mesmo Estatuto.

3. VUNESP - FPM (Pref SP)/Pref SP/2023

Se um particular exigir para si alguma vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função ele comete o crime de:

- a) usurpação de função pública.
- b) tráfico de Influência.
- c) corrupção passiva.
- d) prevaricação.
- e) corrupção ativa.

4. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2023

Tendo em conta o crime de inutilização de edital ou de sinal, previsto no artigo 336, do Código Penal, e o crime de subtração ou inutilização de livro ou documento, previsto no artigo 337, do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) São crimes próprios de funcionários públicos, só podendo ser por eles praticados.
- b) O crime de inutilização de edital ou sinal será qualificado quando há violação de sinal empregado para cerrar objeto de interesse da justiça.
- c) São crimes que inadmitem tentativa.



d) O crime de subtração ou inutilização de livro ou documento restará caracterizado ainda que o documento inutilizado estiver confiado a particular, desde que em serviço público.

e) O crime de subtração ou inutilização de livro ou documento, se parcial a inutilização do documento, será punido de forma diminuída.

5. VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2023

O crime do artigo 337 do CP tem como objeto material, ou seja, coisa que sofre a ação criminosa, “livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público.” É correto afirmar que o crime está configurado se

- a) houver subtração, não se configurando em caso de inutilização.
- b) houver inutilização, não se configurando em caso de subtração, pois esta configura outro crime.
- c) o autor da ação criminosa for funcionário público, não se configurando se o autor não ostentar tal condição.
- d) houver subtração ou inutilização, sejam elas totais ou parciais.
- e) o objeto material for totalmente inutilizado, não se configurando se for parcialmente inutilizado.

6. VUNESP - Proc Leg (CM SBO)/CM SBO/2023

A conduta de se opor à execução de ato legal, mediante violência a funcionário competente para executá-lo, configura o crime de

- a) desacato.
- b) resistência.
- c) desobediência.
- d) violência arbitrária.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

7. (VUNESP – 2018 – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) A respeito dos crimes praticados por particulares contra a administração, em geral (arts. 328; 329; 330; 331; 332; 333; 335; 336 e 337 do CP), assinale a alternativa correta.

- (A) Não há previsão de modalidade culposa.
- (B) Aquele que se abstém de licitar em hasta pública, em razão de vantagem indevida, não é punido pelo crime de impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, já que se trata de conduta atípica.



(C) O crime de desacato não se configura se o funcionário público não estiver no exercício da função, ainda que o desacato seja em razão dela.

(D) Para se configurar, o crime de corrupção ativa exige o retardo ou a omissão do ato de ofício, pelo funcionário público, em razão do recebimento ou promessa de vantagem indevida.

(E) Para se configurar, o crime de usurpação de função pública exige que o agente, enquanto na função, obtenha vantagem.

8. (VUNESP – 2017 – CÂMARA DE COTIA-SP – PROCURADOR LEGISLATIVO - ADAPTADA) O crime de usurpação de função pública somente se caracteriza se o agente usurpador obtém vantagem enquanto na função.

9. (VUNESP – 2017 – CÂMARA DE COTIA-SP – PROCURADOR LEGISLATIVO - ADAPTADA) O crime de resistência caracteriza-se pela oposição à execução de ato, ainda que ilegal, mediante violência ou grave ameaça, a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

10. (VUNESP – 2017 – CÂMARA DE COTIA-SP – PROCURADOR LEGISLATIVO - ADAPTADA) O crime de tráfico de influência caracteriza-se independentemente de o agente influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

11. (VUNESP – 2016 – CÂMARA DE MARÍLIA-SP – PROCURADOR) Funcionários públicos estão executando um ato legal. Mediante violência, um indivíduo opõe-se à execução do ato, e acaba causando lesão corporal leve em um particular que prestava auxílio aos funcionários públicos. Em que pese a oposição o ato se executa. O indivíduo

a) comete crime de resistência e também responderá pela violência (lesão corporal).

b) comete crime de desobediência, o qual terá sua pena aumentada por conta da violência (lesão corporal).

c) apenas responderá pela violência (lesão corporal), não havendo porque se cogitar de outro crime, pois o ato foi executado.

d) apenas comete crime de resistência, não havendo porque se cogitar de outro crime, uma vez que a vítima de violência (lesão corporal) não se trata de funcionário público.

e) não comete crime algum.

12. (VUNESP – 2016 – IPSMI – PROCURADOR – ADAPTADA) O crime de desobediência (artigo 330 do Código Penal) somente se caracteriza se do não atendimento à ordem resultar prejuízo à Administração Pública.

13. (VUNESP – 2016 – CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ-SP – PROCURADOR) A fim de evitar o cumprimento de reintegração de posse, indivíduo lança pedras contra Oficial de Justiça que está dando cumprimento ao respectivo mandado judicial. Tal conduta configura o crime de

a) desacato.

b) resistência.

c) desobediência.



- d) arremesso de projétil.
- e) usurpação de função pública.

14. (VUNESP – 2015 – CRO-SP – ADVOGADO JÚNIOR) A conduta de “opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio” caracteriza o crime de

- a) desacato.
- b) usurpação.
- c) resistência.
- d) descaminho.
- e) desobediência.

15. (VUNESP – 2015 – CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA-SP – ADVOGADO – ADAPTADA) O crime de resistência se configura com a oposição mediante violência ou ameaça à execução de ato legal ou ilegal praticado por funcionário público competente para executá-lo.

16. (VUNESP – 2015 – PREF. DE CAIEIRAS-SP – ASSESSOR JURÍDICO) Antônio foi abordado por Policiais Militares na via pública e, quando informado que seria conduzido para a Delegacia de Polícia, pois era “procurado” pela Justiça, passou a desferir socos e pontapés contra um dos policiais. Sobre a conduta de Antônio, pode-se afirmar que

- a) praticou o crime de desacato, previsto no artigo 331 do Código Penal.
- b) praticou o crime de resistência, previsto no artigo 329 do Código Penal.
- c) praticou o crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal.
- d) não praticou nenhum crime, pois todo cidadão tem direito à sua autodefesa.
- e) praticou o crime de corrupção ativa, previsto no artigo 333 do Código Penal, pois pretendeu, com sua reação, corromper o funcionário público a não cumprir ato de ofício.

17. (VUNESP – 2015 – PREF. DE CAIEIRAS-SP – ASSESSOR JURÍDICO) Sobre o delito de corrupção ativa, pode-se afirmar que

- a) é crime próprio.
- b) tem como objeto jurídico a honestidade do funcionário público.
- c) é crime formal.
- d) é crime de concurso necessário



e) admite forma culposa.

18. (VUNESP – 2015 – PC-CE – DELEGADO) O crime de usurpação de função pública é qualificado se

a) do fato resulta prejuízo patrimonial para a Administração.

b) do fato o agente auferir vantagem.

c) ocorre em local ermo ou de difícil acesso ou durante repouso noturno.

d) praticado mediante o uso de uniforme ou insígnias ou qualquer outro elemento distintivo da atividade usurpada.

e) praticado em concurso de pessoas.

19. (VUNESP – 2014 – TJ-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO) Quem se opõe à execução de ato legal, mediante ameaça a pessoa que está prestando auxílio a funcionário competente para executá-lo, comete crime de

a) usurpação de função pública.

b) desobediência.

c) resistência.

d) desacato.

e) exercício arbitrário das próprias razões.

20. (VUNESP – 2014 – DESENVOLVESP – ADVOGADO) A conduta de “solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função” caracteriza crime de

a) corrupção ativa.

b) corrupção passiva.

c) tráfico de influência.

d) exploração de prestígio.

e) condescendência criminosa.

21. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA - ADAPTADA) O crime de resistência previsto no artigo 329 do CP tem sua pena aplicada sem prejuízo da pena correspondente à violência grave.

22. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA - ADAPTADA) O delito de desobediência, previsto no artigo 330, CP, é crime comum, tendo como sujeito ativo qualquer pessoa, com exceção do



funcionário público, que mesmo quando não está no exercício da função, não perde essa condição para efeitos penais.

23. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA - ADAPTADA) O delito de desacato (art. 331, CP), dado o objeto material (o funcionário público e sua honra), tem como sujeito passivo apenas o funcionário público humilhado.

24. (VUNESP – 2015 – CÂMARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP – ADVOGADO) José, policial militar, no exercício da sua função, decidiu abordar João na via pública, pois este passou a correr quando percebeu a aproximação da viatura policial. Durante a abordagem, João passou a desprestigiar e ofender José, em razão do seu salário de policial militar, inclusive proferindo palavras de baixo calão contra ele. Com relação à conduta de João, pode-se afirmar sobre ele que

(A) ao sair correndo, quando viu a viatura policial, praticou o delito de resistência.

(B) cometeu o delito de desobediência.

(C) sua conduta é atípica.

(D) é passível de queixa-crime, ajuizada por José, no prazo de 6 meses, a contar da data do fato, caso sinta que sua honra profissional tenha sido ofendida.

(E) praticou o crime de desacato.

25. (VUNESP – 2015 – CÂMARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP – ADVOGADO) Sobre o delito de corrupção ativa, previsto no artigo 333 do Código Penal, pode-se afirmar que

(A) é crime comum, pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por um funcionário público que não esteja agindo nessa qualidade e tem como sujeito passivo o Estado.

(B) é crime material.

(C) mesmo quando a vantagem oferecida ou prometida for posterior à conduta praticada pelo funcionário público, ocorrerá o crime de corrupção ativa.

(D) não se configura o delito de corrupção ativa, caso a vantagem não tenha sido endereçada ao funcionário diretamente (mas a terceira pessoa), assim como também não se configura o delito, caso o funcionário venha a repelir a vantagem oferecida pelo particular.

(E) ocorrerá todas as vezes que o funcionário público ceder à exigência do particular para realizar, omitir ou deixar de praticar ato de ofício.

26. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA) Assinale a alternativa correta sobre os crimes praticados pelo particular contra a Administração em geral.

(A) O crime de resistência previsto no artigo 329 do CP tem sua pena aplicada sem prejuízo da pena correspondente à violência grave.

(B) O delito de desobediência, previsto no artigo 330, CP, é crime comum, tendo como sujeito ativo qualquer pessoa, com exceção do funcionário público, que mesmo quando não está no exercício da função, não perde essa condição para efeitos penais.

(C) O crime de falso testemunho ou falsa perícia (art. 342, CP) admite retratação do agente que poderá ser manifestada em qualquer instância e grau de jurisdição, ocasionando a extinção da punibilidade.

(D) O delito de desacato (art. 331, CP), dado o objeto material (o funcionário público e sua honra), tem como sujeito passivo apenas o funcionário público humilhado.

(E) O crime de coação no curso do processo (art. 344, CP) não admite violência, mas apenas ameaça por parte do agente, que busca favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial, administrativo ou em juízo arbitral.

27. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA) Antônio foi abordado por Policiais Militares na via pública e, quando informado que seria conduzido para a Delegacia de Polícia, pois era “procurado” pela Justiça, passou a desferir socos e pontapés contra um dos policiais. Sobre a conduta de Antônio, pode-se afirmar que

(A) praticou o crime de desacato, previsto no artigo 331 do Código Penal.

(B) praticou o crime de resistência, previsto no artigo 329 do Código Penal.

(C) praticou o crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal.

(D) não praticou nenhum crime, pois todo cidadão tem direito à sua autodefesa.

(E) praticou o crime de corrupção ativa, previsto no artigo 333 do Código Penal, pois pretendeu, com sua reação, corromper o funcionário público a não cumprir ato de ofício.

28. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA) Sobre o delito de corrupção ativa, pode-se afirmar que

(A) é crime próprio.

(B) tem como objeto jurídico a honestidade do funcionário público.

(C) é crime formal.

(D) é crime de concurso necessário.

(E) admite forma culposa.

29. (VUNESP – 2015 – MPE/SP – ANALISTA DE PROMOTORIA) José solicita e recebe dinheiro de um empresário que participará de uma licitação pública a pretexto de ajudá-lo a vencer o certame, sob o



argumento de que tem muitos amigos no comando da Administração Pública. Sobre a conduta de José, está correto afirmar que

- (A) praticou o crime de usurpação da função pública (art. 328, Código Penal).
- (B) praticou o crime de corrupção ativa (art. 333, Código Penal).
- (C) praticou o crime de impedimento, perturbação ou fraude concorrência (art. 335, Código Penal).
- (D) praticou o crime de tráfico de influência (art. 332, Código Penal).
- (E) não praticou nenhum crime (fato atípico), pois quem decide o resultado de licitação é o agente público e não o particular.

30. (VUNESP – 2015 – PREF. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP – AUDITOR) Cidadão solicita a poda de uma árvore que se encontra no passeio público em frente a sua residência, ao agente público municipal, responsável por atividades de zeladoria urbana. Tal agente afirma que tal serviço demorará de 2 a 3 meses, mas que se o cidadão quiser maior rapidez, pode lhe pagar R\$ 100,00, que enviará a equipe para realizar o serviço no dia seguinte. O interessado paga a quantia e recebe o serviço, conforme combinado. Nesse caso, as condutas do agente público municipal e do cidadão são crimes contra a Administração Pública, respectivamente previstos como

- (A) corrupção passiva e corrupção ativa.
- (B) corrupção ativa e peculato.
- (C) peculato e corrupção passiva.
- (D) concussão e peculato.
- (E) corrupção ativa e concussão.

31. (VUNESP – 2013 – ITESP – ADVOGADO) O fazendeiro de uma cidade do interior de São Paulo, que solicita aos assentados dinheiro a pretexto de influir na atuação de funcionário do ITESP a fim de facilitar a concessão de títulos de domínio visando a regularização fundiária, comete o crime de:

- a) corrupção passiva qualificada.
- b) tráfico de influência.
- c) advocacia administrativa.
- d) exploração de prestígio.
- e) estelionato



32. (VUNESP – 2012 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) A pena prevista pelo Código Penal para o crime de "resistência" (CP, art. 329), por expressa disposição legal, é

- A) de reclusão e de multa.
- B) de reclusão, de seis meses a um ano.
- C) maior, se o funcionário público, em razão da violência, fica afastado do cargo.
- D) maior se o ato, em razão da resistência, não se executa.
- E) diminuída de um a dois terços se a resistência não é praticada com violência.

33. (VUNESP – 2007 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) A resistência qualificada consiste

- A) na oposição do agente ao ato legal mediante violência.
- B) na oposição do agente ao ato legal, causando considerável prejuízo à vítima.
- C) na oposição do agente ao ato legal mediante o emprego da violência ou ameaça.
- D) na vontade exteriorizada do agente de empregar violência ou usar de ameaça contra o funcionário competente para executar o ato legal, ou ainda, a quem lhe esteja prestando auxílio.
- E) na não execução do ato legal diante da resistência do agente.

34. (VUNESP – 2007 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Assinale a alternativa que exemplifica o crime de desacato.

- A) "X", de forma muito humilhante, diz a seu vizinho, funcionário público, durante um churrasco entre amigos, que ele é a pessoa mais preguiçosa e lenta que já conheceu.
- B) "X" descumpre a ordem dada pelo juiz em audiência e continua fotografando a vítima do crime sob julgamento.
- C) "X", ao deparar-se no fórum com a escrevente "Z", dirige a ela as seguintes palavras: que coisa mais linda, até parece um anjo!
- D) "X", ao ter seu veículo apreendido pelo Delegado de Polícia "Z", gesticula a ele de forma obscena utilizando o dedo médio da mão.
- E) "X", que assiste a uma partida de vôlei, zomba de um dos jogadores: Vejam como o nosso promotor público enfeita a quadra, até parece uma borboleta!

35. (VUNESP – 2006 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) São pressupostos do delito de resistência que

- I. o ato ao qual se opõe seja legal;



II. a violência ou ameaça seja praticada contra o policial que executar o ato;

III. a oposição seja praticada mediante violência ou ameaça.

Está correto o contido em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

36. (VUNESP – 2006 – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) A conduta de opor-se mediante violência ou ameaça à execução de ordem legal advinda de funcionário competente tipifica o crime de

- A) desobediência.
- B) desacato.
- C) fraude processual.
- D) resistência.
- E) exercício arbitrário das próprias razões.

37. (VUNESP – 2009 – TJ/SP – OFICIAL DE JUSTIÇA) Examine as afirmações sobre o crime de tráfico de influência.

I. Ocorre se o agente solicita para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

II. É praticado, ainda que sem intenção, e de forma imprudente, se o agente exige para si ou para outrem vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

III. Tem a sua pena aumentada se o agente alega que a vantagem solicitada é também destinada ao funcionário público que se deixará influenciar.

Está correto o contido em

- A) I, somente.
- B) I e II, somente.



- C) I e III, somente.
- D) II e III, somente.
- E) I, II e III.

38. (VUNESP – 2010 – TJ/SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA) Considere as seguintes assertivas no que pertine aos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral e assinale a alternativa que corresponde ao regramento estabelecido pelo texto do Código Penal.

- I. Somente comete crime de resistência aquele que age com violência ou ameaça.
- II. Quem desobedece à ordem ilegal de funcionário público não comete crime de desobediência.
- III. Apenas se configura o crime de desacato se a ação for praticada contra funcionário no exercício da função ou em razão dela.
- (A) Nenhuma assertiva é correta.
- (B) Todas as assertivas são corretas.
- (C) Somente II é correta.
- (D) Somente III é correta.
- (E) Somente II e III são corretas.

GABARITO

GABARITO



- | | | | |
|----|---------------|-----|---------------|
| 1. | ALTERNATIVA D | 10. | CORRETA |
| 2. | ALTERNATIVA E | 11. | ALTERNATIVA A |
| 3. | ALTERNATIVA B | 12. | ERRADA |
| 4. | ALTERNATIVA D | 13. | ALTERNATIVA B |
| 5. | ALTERNATIVA D | 14. | ALTERNATIVA C |
| 6. | ALTERNATIVA B | 15. | ERRADA |
| 7. | ALTERNATIVA A | 16. | ALTERNATIVA B |
| 8. | ERRADA | 17. | ALTERNATIVA C |
| 9. | ERRADA | 18. | ALTERNATIVA B |



19. ALTERNATIVA C
20. ALTERNATIVA C
21. CORRETA
22. ERRADA
23. ERRADA
24. ALTERNATIVA E
25. ALTERNATIVA A
26. ALTERNATIVA A
27. ALTERNATIVA B
28. ALTERNATIVA C
29. ALTERNATIVA D
30. ALTERNATIVA A
31. ALTERNATIVA B
32. ALTERNATIVA D
33. ALTERNATIVA E
34. ALTERNATIVA D
35. ALTERNATIVA D
36. ALTERNATIVA D
37. ALTERNATIVA C
38. ALTERNATIVA B





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.